

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR A DICIONADO	12

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	13
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	16
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS	36
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	39
7	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	40
8	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	41
9	PARTES RELACIONADAS	44
10	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	47
11	INTANGÍVEL	47
12	ATIVOS DE CONTRATO	49
13	FORNECEDORES	49
14	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	51
15	DEBÊNTURES	54
16	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS	56
17	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	57
18	DIVIDENDOS A PAGAR	61
19	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62
20	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	70
21	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	71
22	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	72
23	RESULTADO FINANCEIRO	73
24	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA)	74
25	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	78
26	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	91
27	COMPROMISSOS FUTUROS	92
28	EVENTOS SUBSEQUENTES	93



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
São Luis - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 171.236 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'CS Mota', is written over the printed name of the signatory.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	130.195	314.583	Fornecedores	13	564.119	552.143
Aplicações financeiras	6	1.455.123	653.501	Fornecedores - Risco sacado	13.1	43.580	57.232
Contas a receber de clientes	7	1.204.264	1.161.741	Empréstimos e financiamentos	14	906.039	357.899
Almoxarifado		14.244	11.310	Debêntures	15	18.820	4.628
Serviços pedidos		87.569	97.987	Instrumentos financeiros derivativos	25.4	-	30.503
Impostos e contribuições a recuperar		128.533	66.794	Passivo de arrendamento	26.2	231	298
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		113.481	90.549	Impostos e contribuições a recolher		162.156	132.076
Instrumentos financeiros derivativos	25.4	120.044	-	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		1.646	1.212
Depósitos vinculados	17	4.345	4.253	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		29.394	26.166
Outros créditos a receber		143.065	166.627	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	222.306	193.941
Total do ativo circulante		3.400.863	2.567.345	Contribuição de iluminação pública		44.290	17.559
				Encargos setoriais		80.847	97.254
Não circulante				Participação nos lucros		46.855	42.410
Aplicações financeiras	6	1.234	1.143	Provisões para riscos judiciais	17	29.282	27.789
Contas a receber de clientes	7	66.770	62.030	Dividendos a pagar	18	132.608	142.884
Serviços pedidos		11.562	11.569	Outras contas a pagar		224.142	105.780
Impostos e contribuições a recuperar		134.943	106.531	Total do passivo circulante		2.506.315	1.789.774
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		95.661	103.866				
Depósitos vinculados	17	187.987	137.660	Não circulante			
Benefício pós-emprego	24	5.693	4.229	Fornecedores	13	15.485	20.774
Outros créditos a receber		24.849	21.190	Empréstimos e financiamentos	14	1.993.488	2.194.867
Ativo financeiro da concessão	10	4.887.009	4.020.878	Debêntures	15	1.642.609	590.896
Investimentos		463	4.700	Instrumentos financeiros derivativos	25.4	24.154	37.505
Intangível	11	1.622.683	1.568.871	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	125.232	196.978
Ativos de contrato	12	809.748	740.007	Passivo de arrendamento	26.2	337	104
Direito de uso		545	394	Impostos e contribuições a recolher		6.116	4.147
Total do ativo não circulante		7.849.147	6.783.068	Encargos setoriais		24.131	22.058
				Provisões para riscos judiciais	17	126.465	117.019
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	645.479	563.065
				Benefício pós-emprego	24	15.405	13.030
				Outras contas a pagar		36.573	43.730
				Total do passivo não circulante		4.655.474	3.804.173
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19.1	1.863.606	1.651.592
				Ajuste de avaliação patrimonial		(43.617)	(10.640)
				Reserva de capital		52.353	48.568
				Reservas de lucros		2.215.879	2.066.946
				Total do patrimônio líquido		4.088.221	3.756.466
Total do ativo		11.250.010	9.350.413	Total do passivo e patrimônio líquido		11.250.010	9.350.413

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	20	6.212.072	5.669.353
Energia elétrica comprada para revenda	22	(2.744.453)	(2.396.687)
Custo de construção		(1.145.870)	(1.044.544)
Custo da operação		(585.409)	(516.449)
Custos de energia elétrica, construção e operação	21	(4.475.732)	(3.957.680)
Lucro bruto		1.736.340	1.711.673
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	21	(201.463)	(190.425)
Despesas gerais e administrativas	21	(246.380)	(244.722)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	21	(117.942)	(144.906)
Outras despesas operacionais, líquidas	21.1	(135.505)	(175.362)
Total de despesas operacionais		(701.290)	(755.415)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		1.035.050	956.258
Receitas financeiras	23	531.255	424.036
Despesas financeiras	23	(750.561)	(561.288)
Resultado financeiro, líquido		(219.306)	(137.252)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		815.744	819.006
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16.4	24.995	10.766
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16.4	(99.402)	(52.381)
Impostos sobre o lucro		(74.407)	(41.615)
Lucro líquido do exercício		741.337	777.391
Lucro por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária	19.4	4,51528	4,73488
Ação preferencial nominal - A	19.4	4,51528	4,73488
Ação preferencial nominal - B	19.4	4,51528	4,73488
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do exercício (em milhares de ações)		164.184	164.184

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	<u>741.337</u>	<u>777.391</u>
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	<u>(32.977)</u>	<u>13.740</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>(32.977)</u>	<u>13.740</u>
Total resultados abrangentes	<u><u>708.360</u></u>	<u><u>791.131</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
					Legal	Incentivos fiscais	Reserva de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.651.592	(24.380)	48.268	64.071	310.139	1.056.690	343.871	-	3.450.251
Resultado abrangente do exercício										
Resultado abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)		-	13.740	-	-	-	-	-	-	13.740
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>		-	-	300	-	-	-	-	-	300
Destinação do resultado										
Reserva legal		-	-	-	29.757	-	-	-	(29.757)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	182.256	-	-	(182.256)	-
Reserva de reforço de capital de giro		-	-	-	-	-	174.620	-	(174.620)	-
Dividendos										
Dividendos adicionais distribuídos 2022		-	-	-	-	-	-	(343.871)	-	(343.871)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	249.413	(249.413)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(141.345)	(141.345)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	777.391	777.391
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.651.592	(10.640)	48.568	93.828	492.395	1.231.310	249.413	-	3.756.466
Resultado abrangente do exercício										
Aumento de capital		212.014	-	-	(29.758)	(182.256)	-	-	-	-
Resultado de (<i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa)	25.4	-	(49.477)	-	-	-	-	-	-	(49.477)
Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos	16.2	-	16.822	-	-	-	-	-	-	16.822
Resultado de (benefícios pós-emprego)	24.5	-	(488)	-	-	-	-	-	-	(488)
Tributos diferidos sobre benefício pós-emprego	16.2	-	166	-	-	-	-	-	-	166
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>	19.3.2	-	-	2.877	-	-	-	-	-	2.877
Valor justo das opções de compra - <i>Matching shares -Vesting period</i>	19.3.3	-	-	908	-	-	-	-	-	908
Dividendos adicionais distribuídos 2023		-	-	-	-	-	-	(249.413)	-	(249.413)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	741.337	741.337
Destinação do resultado										
Reserva legal	18	-	-	-	27.574	-	-	-	(27.574)	-
Reserva de incentivo fiscal	18	-	-	-	-	189.856	-	-	(189.856)	-
Reserva de reforço de capital de giro	18	-	-	-	-	-	74.043	-	(74.043)	-
Dividendos										
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	-	-	(130.977)	(130.977)
Dividendos adicionais propostos	18	-	-	-	-	-	-	318.887	(318.887)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.863.606	(43.617)	52.353	91.644	499.995	1.305.353	318.887	-	4.088.221

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no exercício	741.337	777.391
Ajustes para:		
Amortização	306.964	251.917
Baixa de intangível e financeiro	10.851	12.857
Atualização do ativo financeiro	(164.050)	(162.545)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	506.910	186.790
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	(155.762)	74.651
Ajuste a valor presente	(4.592)	(1.229)
Provisão (reversão) e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	117.942	144.906
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.451)	12.456
Baixa de recebíveis incobráveis	57.297	28.903
Provisão e atualização para riscos judiciais	23.568	54.862
Provisão e atualização de encargos setoriais	49.656	48.007
Valor justo das opções de compra de ações	(2.878)	28.806
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	(68.638)	(309.567)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(24.995)	(10.766)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	99.402	52.381
Participação nos lucros	54.009	46.303
Benefício pós-emprego	942	714
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	(5.702)
Rendimentos de aplicações financeiras	(105.615)	(118.097)
Provisão para perda de estoque	(792)	(2.354)
Encargos de geração distribuída	825	-
	1.434.930	1.110.684
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(205.900)	(270.126)
Serviços pedidos	17.762	53.924
Depósitos judiciais	(50.419)	(11.761)
Almoxarifado	(2.934)	29.182
Impostos e contribuições a recuperar	(90.151)	9.480
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(10.639)	(13.581)
Outros créditos a receber	12.228	(4.721)
Fornecedores	(51.184)	72.332
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(69.006)	(64.819)
Impostos e contribuições a recolher	46.147	24.100
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	62.651	(29.313)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	28.373	12.286
Contribuição de iluminação pública	26.731	722
Participação nos lucros	(49.564)	(41.521)
Encargos setoriais	(69.819)	(41.204)
Provisão para riscos judiciais	(26.727)	(32.971)
Benefício pós-emprego	(519)	(531)
Outras contas a pagar	117.043	4.835
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(315.927)	(303.687)
Rendimentos de aplicações financeiras	105.615	118.097
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.310)	(110.160)
Juros pagos	(262.002)	(181.946)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	921.306	632.988
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(1.009.144)	(892.639)
Resgates (aplicações) financeiras	(801.713)	294.493
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.810.857)	(598.146)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(351.705)	(105.510)
Captação de empréstimos e financiamentos	420.000	611.654
Captação de debêntures	1.027.196	291.526
Amortização de debêntures	-	(162.318)
Dividendos pagos	(390.666)	(458.387)
Amortização do passivo de arrendamento	338	(585)
Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	705.163	176.380
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(184.388)	211.222
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	314.583	103.361
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	130.195	314.583
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(184.388)	211.222

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	7.405.709	6.499.031
Receita de construção	1.145.870	1.044.544
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(117.942)	(144.906)
Outras receitas	-	6.110
	8.433.637	7.404.779
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IMA)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(3.890.323)	(3.441.231)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(518.138)	(502.097)
Outras despesas	(149.800)	(206.824)
	(4.558.261)	(4.150.152)
Valor adicionado bruto	3.875.376	3.254.627
Amortização	(306.964)	(251.917)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	3.568.412	3.002.710
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	542.388	435.898
	542.388	435.898
Valor adicionado total a distribuir	4.110.800	3.438.608
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	98.878	104.963
Benefícios	49.916	41.400
FGTS	15.271	12.908
	164.065	159.271
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.065.689	927.643
Estaduais	1.380.286	1.006.276
Municipais	2.331	1.884
	2.448.306	1.935.803
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	631.388	440.224
Aluguéis	6.531	4.855
Outros despesas financeiras	119.173	121.064
	757.092	566.143
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	449.864	390.758
Lucros retidos	291.473	386.633
	741.337	777.391
Valor adicionado	4.110.800	3.438.608

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Maranhão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, bairro Altos do Calhau, cidade São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937^(*) km², atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 2.805.962^(*) consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000 (Contrato de Concessão), assinado em 11 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 10 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas explicativas	Descrição
Geração Distribuída	4.5	Crédito a restituir ao consumidor referente ao saldo injetado e não consumido pelo preço médio de compra de energia.
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	7.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	10	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	11	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	12	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	16.1	Julgamento para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
Provisão para riscos judiciais	17	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Transações de pagamento baseado em ações	19.3	Probabilidade de exercício de opções.
Receita operacional líquida	20	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefício pós-emprego	24	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Instrumentos financeiros e valor justo de instrumentos financeiros derivativos	25	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

2.4.2 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 25.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aqueles importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.18 – Principais mudanças nas políticas contábeis.

3.1 Receita operacional

3.1.1 Reconhecimento de receita operacional

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir:

(i) Receita de distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas de distribuição são classificadas como: (i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e (ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

(ii) Receita pela disponibilidade – uso da rede elétrica

A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL.

(iii) Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia.

(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis

A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável).

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.3 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente – outorgante) e a Companhia (concessionária – operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e a melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
-
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de Valor Novo de Reposição (VNR), Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a revisão e atualidade do serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

3.4 Ativos intangíveis

3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

3.4.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.4.3 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.5 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e conseqüente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.6 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (IFRS 23) (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.7 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

3.8 Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício, objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

(a) Benefícios fiscais

Em 20 de abril de 2023, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 37/2023, que outorga à Equatorial Maranhão o direito a redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2023 até o ano de 2032.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Benefícios para reinvestimentos

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou reconicionados.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.9.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.10 Benefícios a empregados

3.10.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 19) -Benefícios a Empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Essa abordagem reflete a prudência contábil, garantindo que os ativos sejam reconhecidos quando há uma expectativa de benefício econômico futuro.

3.10.3 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pela Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

3.10.4 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos alocados na Companhia.

A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.11 Capital social

3.11.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.11.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.12 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com a norma ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, que determina que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.13 Instrumentos financeiros

3.13.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.13.2 Classificação e mensuração subsequentes

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.13.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.13.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo.

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Conforme CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 25.5.c – Risco de mercado.

3.14 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.14.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial;
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 25.5.g – Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) para maiores detalhes.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.14.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.14.2.1 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas

A Companhia adota a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações.

A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa nº 25.5.a.ii. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos, baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.14.3 Ativos não financeiros

A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia concluiu que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente.

3.15 Ajuste a valor presente (AVP)

3.15.1 Parcelamentos de contas a receber

A Companhia utiliza 11,26%, como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente.

3.15.2 Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.16 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.17 Demonstração de valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.18 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas; e
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.19 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.19.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.19.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas		
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Assuntos regulatórios

4.1 Bandeiras tarifárias

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuada nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2024 e 2023.

	Cor da bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maió	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.2 Sobrecontratação de energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 102,96% em 31 de dezembro de 2024 (99,07% em 31 de dezembro de 2023) dentro do limite de repasse para as tarifas.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4.3 Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2024

O reajuste e as revisões são mecanismos pelos quais as tarifas de energia elétrica podem ser alteradas. Estão previstos nos contratos de concessão e permitem a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, conforme a Lei nº 8.987/1995. O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. O reajuste acontece anualmente, na data de “aniversário” do contrato de concessão. Nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, as Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

No ano de 2024, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.376, de 20 de agosto de 2024, foram reajustadas, em média, (1,22)% correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

4.4 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.514/2022 (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

De 01/01/2024 até 31/12/2025						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

- Conta de desenvolvimento energético (CDE);
- Encargo de serviços do sistema (ESS); e
- Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE).

A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4.5 Marco Legal - Geração Distribuída

A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída, sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução abrange, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/2022, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

A Companhia possui dentro de sua carteira de clientes, unidades consumidoras classificadas como de micro e minigeração distribuída. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo em que a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor fica com excedente de energia que fica registrado como um passivo a restituir ao consumidor.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	21.347	37.814
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	12.738	56.140
Operações compromissadas	-	194.132
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	57.378	620
Certificado de Depósito Bancário – CDB	25.445	20.563
Fundo de investimento aberto	13.287	5.314
Subtotal de equivalentes de caixa	108.848	276.769
Total	130.195	314.583

(a) O caixa e equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) – demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 98,30% do CDI (86,94% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Aplicações financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimentos	1.227.166	524.193
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	19.063	35.990
Títulos públicos	102.736	11.752
Letra financeira	30.415	2.575
Recursos vinculados (d)	60.959	54.127
Fundo aberto (c)	14.784	24.864
Total circulante	1.455.123	653.501
Não circulante		
Recursos vinculados (d)	1.234	1.143
Total (e)	1.456.357	654.644

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de aplicações da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL);
- (b) Fundo de investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 13.1 – Fornecedores – Risco sacado;
- (c) Fundo de investimento abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs e depósitos a prazo;
- (d) Referem-se a aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso; e
- (e) A variação no exercício decorre das captações realizadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.2 – Movimentação de empréstimos e financiamentos e 15.1 – Movimentação das debêntures.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 98,73% do CDI (103,52% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Contas a receber de clientes

7.1 Composição dos saldos

	2024				2023			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	167.491	242.266	489.663	899.420	176.935	203.046	556.877	936.858
Industrial	18.254	2.082	6.283	26.619	17.919	2.899	13.985	34.803
Comercial	49.991	10.886	21.531	82.408	51.139	9.582	43.996	104.717
Rural	22.143	14.711	53.209	90.063	21.443	12.371	47.939	81.753
Poder público	46.833	14.868	15.034	76.735	45.027	10.700	13.079	68.806
Iluminação pública	5.573	1.063	1.925	8.561	6.068	163	1.087	7.318
Serviço público	25.296	13.363	8.042	46.701	23.266	11.914	8.133	43.313
Contas a receber de consumidores faturados	335.581	299.239	595.687	1.230.507	341.797	250.675	685.096	1.277.568
Residencial	99.464	11.706	158.540	269.710	87.401	11.318	220.856	319.575
Industrial	823	82	1.817	2.722	1.069	101	8.039	9.209
Comercial	4.306	431	10.732	15.469	4.875	612	23.129	28.616
Rural	7.014	780	6.191	13.985	6.230	795	7.725	14.750
Poder público	23.152	1.252	1.755	26.159	26.912	928	1.501	29.341
Iluminação pública	12.166	187	515	12.868	12.713	199	558	13.470
Serviço Público	23.664	1.254	1.387	26.305	24.553	1.402	869	26.824
Parcelamentos (a)	170.589	15.692	180.937	367.218	163.753	15.355	262.677	441.785
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	171.236	-	-	171.236	180.745	-	-	180.745
Baixa renda (c)	65.472	-	-	65.472	63.878	-	-	63.878
Outras (d)	61.990	-	-	61.990	78.628	-	-	78.628
Subtotal bruto	804.868	314.931	776.624	1.896.423	828.801	266.030	947.773	2.042.604
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	(72.877)	(38.449)	(514.063)	(625.389)	(72.142)	(33.389)	(713.302)	(818.833)
Total contas a receber de clientes	731.991	276.482	262.561	1.271.034	756.659	232.641	234.471	1.223.771
Circulante				1.204.264				1.161.741
Não circulante				66.770				62.030

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 12.669 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 17.261 em 31 de dezembro de 2023), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 4.592, conforme nota explicativa nº 23 – Resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 de 2010 e nº 10.438 de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) Corresponde aos saldos de juros moratórios, multas por auto religação, por inadimplências e atrasos.

7.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2023	Provisões/ Reversões (b)	Baixas (c)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(489.122)	(89.232)	190.991	(387.363)
Parcelamentos	(281.248)	(20.489)	91.585	(210.152)
Contas a receber de consumidores não faturados	(5.676)	(233)	-	(5.909)
Outras (a)	(42.787)	4.022	16.800	(21.965)
Total	(818.833)	(105.932)	299.376	(625.389)

	2022	Provisões/Reversões	Baixas (c)	2023
Contas a receber de consumidores faturados	(388.664)	(107.603)	7.145	(489.122)
Parcelamentos	(254.755)	(36.513)	10.020	(281.248)
Contas a receber de consumidores não faturados	(3.700)	(1.976)	-	(5.676)
Outras (a)	(14.352)	(33.438)	5.003	(42.787)
Total	(661.471)	(179.530)	22.168	(818.833)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) A movimentação líquida do exercício, gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 105.932, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 113.383 e (R\$ 7.451), respectivamente, conforme notas explicativas nº 21 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 23 – Resultado financeiro; e
- (c) Referente à baixa da PECLD de títulos, que foram efetivamente baixados do contas a receber.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Reclassificação (g)	2024
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	12.906	(32.057)	10.806	2.547	-	-	(5.798)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(5.192)	71	4.414	(337)	-	-	(1.044)
Rede básica	43.498	(4.876)	(9.152)	4.371	-	-	33.841
Compra de energia CVA (b)	(194.756)	121.310	(18.930)	(20.337)	-	-	(112.713)
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	35.885	(8.485)	22.342	4.748	-	-	54.490
	<u>(107.659)</u>	<u>75.963</u>	<u>9.480</u>	<u>(9.008)</u>	-	-	<u>(31.224)</u>
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia	(4.272)	11.540	(23.119)	(622)	-	-	(16.473)
Neutralidade (h)	(44.392)	15.726	(18.822)	(2.583)	-	-	(50.071)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(72.944)	(18.234)	12.062	(7.602)	-	-	(86.718)
Risco hidrológico (d)	(121.254)	34.118	(30.925)	(9.097)	-	-	(127.158)
Compensação créditos PIS/COFINS (e)	15.416	-	(17.189)	-	-	3.116	1.343
Empréstimo escassez hídrica	(35.537)	-	35.537	-	-	-	-
CDE Modicidade Tarifária (f)	(7.913)	25.855	(7.815)	(2.094)	(25.855)	-	(17.822)
Outros	(12.364)	4.484	(8.542)	(475)	(2.518)	-	(19.415)
	<u>(283.260)</u>	<u>73.489</u>	<u>(58.813)</u>	<u>(22.473)</u>	<u>(28.373)</u>	<u>3.116</u>	<u>(316.314)</u>
Total	<u>(390.919)</u>	<u>149.452</u>	<u>(49.333)</u>	<u>(31.481)</u>	<u>(28.373)</u>	<u>3.116</u>	<u>(347.538)</u>
Circulante							
Valores a receber	172.966						168.055
Valores a devolver	<u>(366.907)</u>						<u>(390.361)</u>
Efeito líquido passivo	(193.941)						(222.306)
Não circulante							
Valores a receber	34.845						33.445
Valores a devolver	<u>(231.823)</u>						<u>(158.677)</u>
Efeito líquido passivo	(196.978)						(125.232)
Efeito líquido total	<u>(390.919)</u>						<u>(347.538)</u>

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificações	2023
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético	39.815	(1.825)	(28.162)	3.078	-	-	-	12.906
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	14.476	(1.561)	(17.805)	(302)	-	-	-	(5.192)
Rede básica	38.782	(13.389)	12.959	5.146	-	-	-	43.498
Compra de energia CVA	(38.668)	(2.864)	(137.417)	(15.807)	-	-	-	(194.756)
ESS - Encargos do serviço do sistema	85.034	25.002	(79.472)	5.321	-	-	-	35.885
(-) Repasse da Conta-Covid – Parcela A	(3.762)	84	(4.392)	(118)	-	-	(832)	(9.020)
	<u>135.677</u>	<u>5.447</u>	<u>(254.289)</u>	<u>(2.682)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(832)</u>	<u>(116.679)</u>
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia	11.502	(29.349)	12.274	1.301	-	-	-	(4.272)
Neutralidade	(19.787)	(11.922)	(10.364)	(2.319)	-	-	-	(44.392)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(62.448)	(3.190)	-	(7.306)	-	-	-	(72.944)
Risco hidrológico	(148.223)	(15.739)	49.185	(6.477)	-	-	-	(121.254)
Compensação créditos PIS/COFINS	-	-	501.770	-	-	(486.354)	-	15.416
Empréstimo escassez hídrica	(52.187)	56.000	(35.537)	(3.813)	-	-	-	(35.537)
CDE Modicidade Tarifária	(65.741)	11.812	58.354	(525)	(11.813)	-	-	(7.913)
Outros	(639)	(5.388)	2.606	(282)	(473)	-	832	(3.344)
	<u>(337.523)</u>	<u>2.224</u>	<u>578.288</u>	<u>(19.421)</u>	<u>(12.286)</u>	<u>(486.354)</u>	<u>832</u>	<u>(274.240)</u>
Total	<u>(201.846)</u>	<u>7.671</u>	<u>323.999</u>	<u>(22.103)</u>	<u>(12.286)</u>	<u>(486.354)</u>	<u>-</u>	<u>(390.919)</u>
Circulante								
Valores a receber	275.921							172.966
Valores a devolver	(300.926)							(366.907)
Efeito líquido passivo	<u>(25.005)</u>							<u>(193.941)</u>
Não circulante								
Valores a receber	34.468							34.845
Valores a devolver	(211.309)							(231.823)
Efeito líquido passivo	<u>(176.841)</u>							<u>(196.978)</u>
Efeito líquido total	<u>(201.846)</u>							<u>(390.919)</u>

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição negativa da CVA de R\$ 63, devido a quitação do empréstimo CDE Covid e Escassez, com impacto em constituição passiva na CVA e pelo efeito negativo do processo tarifário R\$31.994, que totalizou uma constituição negativa de R\$ 32.057; (ii) o impacto positivo da amortização no exercício foi de R\$ 10.806, sendo que desse valor R\$ 30.584 é referente ao efeito positivo do processo tarifário;
- (b) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) constituições negativas referente aos custos com os contratos de Energia Leilão que realizaram menor em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no exercício de R\$ 184.780 (ii) constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no exercício de R\$ 120.852, um efeito positivo do reajuste de R\$ 185.238, totalizando R\$ 121.310 na linha de constituição (iii) o impacto negativo da amortização no exercício foi de R\$ 18.930, sendo que desse valor, R\$ 172.259 é referente ao efeito negativo do processo tarifário;
- (c) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos. Com isso, até o exercício de 31 de dezembro de 2024, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva de R\$ 34.702 de CVA ESS, sendo que desse valor, R\$43.187 é referente ao efeito negativo do processo tarifário. O impacto positivo da amortização no exercício foi de R\$ 22.342, sendo que desse valor, R\$ 42.300 é referente ao efeito positivo do processo tarifário;
- (d) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada, performando uma constituição positiva de R\$ 34.118 oriundas do efeito do reajuste, e uma amortização negativa de R\$ 30.925, sendo que R\$ 34.709 é referente ao efeito negativo do reajuste;
- (e) Refere-se ao montante que será amortizado até o fim do ciclo tarifário atual;
- (f) A Companhia registrou a entrada de recursos no montante de R\$ 25.855 conforme Despacho Aneel nº 1.239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético- CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. A Companhia contabilizou um impacto negativo de R\$ 7.815 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, resultante da amortização do componente financeiro associado a esses repasses, sendo que desse valor, R\$ 24.781 é referente ao efeito negativo do processo tarifário;
- (g) No processo de reajuste tarifário, em 28 de agosto de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou o pleito de restituição de PIS/COFINS sobre atualização Selic, incidentes sobre os valores de repetição de indébito destinados aos consumidores. O valor inicial dessa restituição foi de R\$ 2.987, que foi reclassificado de ativo tributário para ativo financeiro setorial. Além disso, foi contabilizada uma atualização financeira de R\$ 129, resultando em um total de R\$ 3.116; e
- (h) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o exercício de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No exercício atual, foi registrada uma constituição positiva de R\$ 15.726, onde R\$ 51.033 referem-se ao efeito positivo do processo tarifário. Adicionalmente, a amortização de componentes financeiros associados a esses encargos resultou em um impacto negativo de R\$ 18.822, onde R\$ 47.303 referem-se ao efeito negativo do processo tarifário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 116.078 (R\$ 21.016 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 91.929 (R\$ 316 em 31 de dezembro de 2023) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 24.149 (R\$ 20.700 em 31 de dezembro de 2023) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

	Notas	2024		2023	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	373	1.171	642
E-nova Geração Distribuída S.A.	(b)	-	-	12	21
Associação para Assinatura de Energia	(b)	195	-	-	-
Total		195	373	1.183	663
Outras contas a receber - (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	585	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	297	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	482	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	546	-	272	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	283	-	424	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(f)	20	61	49	49
Total		1.331	61	1.627	49
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	13.279	41.297	15.920	42.074
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	4.024	10.968	4.862	12.628
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	5.534	17.303	7.245	21.065
Equatorial Serviços S.A.	(c)	2.072	-	2.072	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	4.314	17.721	4.857	17.196
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(c)	891	3.344	661	2.341
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	10.369	22.249	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	50	210	91	304
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	47	206	89	296
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	64	293	133	444
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	181	594	217	725
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	53	228	99	329
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	56	251	111	371
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(c)	-	-	116	388
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	99	401	153	511
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(c)	-	-	145	486
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV	(l)	-	-	13	-
Total		41.033	115.065	36.784	99.158
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(169)	-	(576)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(287)	(23.420)	(439)	(22.742)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(76)	-	(119)	-
Equatorial Serviços S.A.	(d)	(7.481)	(30.811)	(6.721)	(24.105)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	-	-	(985)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	(37)	-	(2)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(36)	-	-	-
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(e)	(1.093)	-	(591)	(4.692)
E-nova Geração Distribuída S.A.	(a)	(421)	(781)	-	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(k)	(1.074)	(5.860)	(792)	(9.296)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(g)	(104)	(879)	(106)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g)	(93)	(862)	(96)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(g)	(136)	(1.266)	(147)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	(244)	(2.261)	(252)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	(70)	(934)	(117)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g)	(140)	(1.298)	(145)	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(g)	-	-	(93)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g)	(126)	(1.454)	(167)	-
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(g)	-	-	(104)	-
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(c)	-	-	(499)	(499)
Total		(11.587)	(69.826)	(11.951)	(61.334)

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024		2023	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a pagar - passivo circulante					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(3.794)	(13.490)	(1.199)	(12.436)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(1.938)	(5.448)	(1.028)	(5.219)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(1.403)	(4.365)	(1.007)	(4.144)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	(2.160)	(4.796)	(1.228)	(5.942)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(c)	(482)	(1.246)	(242)	(775)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(5.238)	(8.315)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	(18)	(34)	(6)	(12)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	(25)	(59)	(12)	(37)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	(16)	(28)	(2)	(5)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	(221)	(774)	(243)	(662)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	(17)	(34)	(7)	(15)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	(12)	(23)	(3)	(5)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(c)	-	-	(16)	(33)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	(41)	(76)	(11)	(23)
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(c)	-	-	(46)	(96)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(h)	(7.427)	(17.952)	(6.599)	(17.212)
Total		(22.792)	(56.640)	(11.649)	(46.616)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Energia Distribuição S.A.		(85.277)	-	(92.027)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Eletróbrás		(43.759)	-	(47.713)	-
Outros		(3.572)	-	(3.144)	-
Total		(132.608)	-	(142.884)	-
Investimentos em serviço – (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(i)	18	(18)	2.144	(2.144)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(j)	-	-	2.556	(2.556)
Total		18	(18)	4.700	(4.700)

- (a) Os valores são provenientes da compra e venda de materiais diversos;
- (b) Os valores com a Equatorial Piauí, E-nova e Associação são provenientes do contrato de uso da rede de energia;
- (c) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 mil ao ano, por um período de 60 meses;
- (d) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (e) Os valores com o ICT referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa. Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto em agosto de 2024 no montante de R\$ 3.310;
- (f) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-Nova como arrendatária;
- (g) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Companhia (contratante) e a Equatorial S.A. (contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (i) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, da Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A. para à Companhia de Eletricidade do Amapá de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis), 11 (onze) e 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, da Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A. para à Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (k) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses; e
- (l) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Fiscal, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 20.550 (R\$ 19.200 em 28 de abril de 2023), conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 29 de abril de 2024.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho. As características dos planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 24 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de previdência privada com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 19.3 – Planos de opção de compras de ações.

A proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2024	%
Remuneração fixa anual	5.649	46%
Salário ou Pró-labore	5.239	43%
Benefícios diretos e indiretos	410	3%
Remuneração variável	4.995	41%
Bônus	4.995	41%
Benefícios pós emprego	97	1%
Remuneração baseada em ações	1.412	12%
Valor total da remuneração por órgão	12.153	100%

9.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia, com ônus^(*), nos contratos de financiamentos e sem ônus nas apólices de seguros, conforme abaixo listado:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2024 (a)
BNDES (2018/2019/2020)	1.219.910	100	27/12/2018	15/05/2030	669.370	518.623
BNDES (2021/2022/2023)	750.849	100	30/03/2021	15/09/2040	750.849	817.048
BNDES (2021/2022/2023) complementar	372.762	100	21/12/2022	15/09/2040	372.762	382.142
Caixa Econômica Federal - Contrato N° 415.866-52/2013 – FINISA	28.625	100	04/10/2013	07/10/2025	27.291	2.282
IBM	35.673	100	21/09/2023	21/09/2025	35.673	17.142
Apólices de seguros	430.685	100	23/01/2020	23/01/2030	N/A	N/A
Total	2.838.504				1.855.945	1.737.237

(a) Os valores atualizados de financiamentos, estão líquidos de custo de captação.

(*) Referente à remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - ativo de contrato (b)	Baixas	2024
Ativo financeiro	4.996.972	256.332	772.584	(3.182)	6.022.706
Obrigações especiais (c)	(976.094)	(92.282)	(67.321)	-	(1.135.697)
Total ativo financeiro	4.020.878	164.050	705.263	(3.182)	4.887.009

	2022	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - ativo de contrato (b)	Baixas	2023
Ativo financeiro	4.199.322	196.069	603.361	(1.780)	4.996.972
Obrigações especiais (c)	(867.283)	(33.524)	(75.287)	-	(976.094)
Total ativo financeiro	3.332.039	162.545	528.074	(1.780)	4.020.878

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Maiores informações na nota explicativa nº 20 – Receita operacional líquida;
- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		2024			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,16% (a)	5.512.967	(3.451.593)	(438.691)	1.622.683
Total		5.512.967	(3.451.593)	(438.691)	1.622.683

		2023			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,11%	5.181.091	(3.122.138)	(490.082)	1.568.871
Total		5.181.091	(3.122.138)	(490.082)	1.568.871

- (a) Houve um aumento na média da taxa anual de amortização entre o exercício de 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da constituição de ativos novos em substituição a ativos antigos.

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitados à data do contrato de concessão até agosto de 2030, conforme ICPC 01(R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Movimentação do ativo intangível

	2023	Adições	Baixas (c)	Transferências Ativo de Contrato (a)	Outros	2024
Em serviço	5.181.091	-	(52.239)	379.247	4.868	5.512.967
(-) Amortização	(3.122.138)	(373.394)	44.569	-	(630)	(3.451.593)
Total em serviço	2.058.953	(373.394)	(7.670)	379.247	4.238	2.061.374
Obrigações especiais (b)	(1.273.291)	-	-	(13.885)	(1.508)	(1.288.684)
(-) Amortização	783.209	66.784	-	-	-	849.993
Total em obrigações especiais	(490.082)	66.784	-	(13.885)	(1.508)	(438.691)
Total	1.568.871	(306.610)	(7.670)	365.362	2.730	1.622.683

	2022	Adições	Baixas (c)	Transferência Ativos de Contrato (a)	2023
Em serviço	4.941.093	-	(84.972)	324.970	5.181.091
(-) Amortização	(2.877.270)	(318.902)	74.034	-	(3.122.138)
Total em serviço	2.063.823	(318.902)	(10.938)	324.970	2.058.953
Obrigações especiais (b)	(1.297.268)	-	-	23.977	(1.273.291)
(-) Amortização	715.639	67.570	-	-	783.209
Total em obrigações especiais	(581.629)	67.570	-	23.977	(490.082)
Total	1.482.194	(251.332)	(10.938)	348.947	1.568.871

- (a) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível;
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (c) Valores correspondentes às baixas por perda de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, transformadores e religadores de distribuição, cujos plenos funcionamentos foram comprometidos por avarias ou sinistros; e
- (d) O montante líquido de R\$ 2.730, refere-se às seguintes reclassificações: do intangível para investimentos, no valor de R\$ 4.238 e para encargos setoriais no valor de R\$ 1.508.

A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Ativos de contrato

A movimentação de ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	Transferências				2024
	2023	Adições (a)	Ativo intangível (b)	Ativo financeiro (c)	
Ativos de contrato	872.130	1.145.870	(379.247)	(772.584)	866.169
Obrigações especiais (d)	(132.123)	(5.504)	13.885	67.321	(56.421)
Total	740.007	1.140.366	(365.362)	(705.263)	809.748

	Transferências				2023
	2022	Adições	Ativo intangível (b)	Ativo financeiro (c)	
Em curso	755.917	1.044.544	(324.970)	(603.361)	872.130
Obrigações especiais (d)	(150.316)	(33.117)	(23.977)	75.287	(132.123)
Total	605.601	1.011.427	(348.947)	(528.074)	740.007

- (a) O montante de R\$ 1.140.366 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 1.009.144 impactou o caixa da Companhia, R\$ 792 negativos refere-se a provisão para perda de estoques e obras líquidas, conforme nota explicativa nº 21.1 – Outras receitas (despesas) operacionais e, conforme nota explicativa nº 26.1 – Transações que não afetam caixa R\$ 44.219 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 72.234 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 13.977 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 14 – Empréstimos e financiamentos;
- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível;
- (c) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (d) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

13 Fornecedores

	2024	2023
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	276.002	269.499
Encargos de uso da rede elétrica	73.800	64.465
Materiais e serviços (b)	202.730	206.228
Partes relacionadas - nota explicativa nº 9	11.587	11.951
Total circulante	564.119	552.143
Não Circulante		
Materiais e serviços (b)	15.485	20.774
Total não circulante	15.485	20.774
Total fornecedores	579.604	572.917

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2024 apresentou uma redução de R\$ 6.503 em relação a 31 de dezembro de 2023. A principal variável para essa diminuição foi a redução das despesas em aberto referente aos contratos de energia em R\$ 11.321. Embora tenha ocorrido aumento no saldo em relação às despesas no Mercado de Curto Prazo em R\$ 4.818, essas variáveis explicam a movimentação observada no exercício analisado; e
- (b) A composição corresponde, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 49 dias (51 dias em 31 de dezembro de 2023).

13.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre, a critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 43.580 (R\$ 57.232 em 31 de dezembro de 2023), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 378.713 durante o ano de 2024 (R\$ 295.936 em 31 de dezembro de 2023).

O prazo médio de pagamento destes títulos é de 82 dias (77 dias em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantias	2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
<i>Citibank</i> ¹	CDI + 1,29%	N/A	498.988	-	498.988
<i>Scotiabank</i> ¹	CDI + 1,15% a 1,65%	N/A	207.027	456.275	663.302
Subtotal			706.015	456.275	1.162.290
Moeda nacional					
IBM	CDI - 0,17%	Aval/Fiança	17.142	-	17.142
	IPCA + 4,11% a	Aval/Fiança + Conta			
BNDES	5,96%	Reserva + Recebíveis	181.300	1.547.545	1.728.845
		Aval/Fiança + Recebíveis			
Caixa Econômica Federal	6,00%	+ Conta Reserva	2.282	-	2.282
Subtotal			200.724	1.547.545	1.748.269
(-) Custo de captação			(700)	(10.332)	(11.032)
Total moeda nacional			200.024	1.537.213	1.737.237
Total moeda estrangeira e nacional			906.039	1.993.488	2.899.527
2023					
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
<i>Citibank</i> ¹	CDI + 1,29%	N/A	3.437	387.304	390.741
<i>Scotiabank</i> ¹	CDI + 1,65%	N/A	159.918	158.227	318.145
Subtotal			163.355	545.531	708.886
Moeda nacional					
IBM	CDI - 0,17%	Aval/Fiança	20.042	16.886	36.928
	IPCA + 4,11% a	Aval/Fiança + Conta			
BNDES	5,96%	Reserva + Recebíveis	172.617	1.641.208	1.813.825
		Aval/Fiança + Recebíveis			
Caixa Econômica Federal	6,00%	+ Conta Reserva	2.749	2.274	5.023
Subtotal			195.408	1.660.368	1.855.776
(-) Custo de captação			(864)	(11.032)	(11.896)
Total moeda nacional			194.544	1.649.336	1.843.880
Total moeda estrangeira e nacional			357.899	2.194.867	2.552.766

¹ Considera-se no custo da dívida do *Scotiabank e Citibank*, o custo da ponta passiva do *swap*, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 25.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	194.544	1.649.336	163.355	545.531	2.552.766
Ingressos	-	-	-	420.000	420.000
Encargos (a)	83.927	(9)	38.987	-	122.905
Varição monetária e cambial	32.828	50.211	110.820	81.520	275.379
Transferências	162.325	(162.325)	590.776	(590.776)	-
Amortizações de principal	(189.647)	-	(162.058)	-	(351.705)
Pagamentos de juros	(84.817)	-	(35.865)	-	(120.682)
Custo de captação (b)	864	-	-	-	864
Saldo em 31 de dezembro de 2024	200.024	1.537.213	706.015	456.275	2.899.527

	Moeda nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.815	1.538.845	1.865	341.058	1.989.583
Ingressos	-	222.054	-	389.600	611.654
Encargos	82.084	-	8.284	-	90.368
Varição monetária e cambial	28.147	50.287	(16.773)	(10.127)	51.534
Transferências	158.352	(158.352)	175.000	(175.000)	-
Amortizações de principal	(105.510)	-	-	-	(105.510)
Pagamentos de juros	(77.615)	-	(5.021)	-	(82.636)
Custo de captação	1.271	(3.498)	-	-	(2.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	194.544	1.649.336	163.355	545.531	2.552.766

(a) O montante de R\$ 122.905 (R\$ 90.368 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a encargos reconhecido no exercício, onde R\$ 108.928 (R\$ 79.875 em 31 de dezembro de 2023) impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 13.977 (R\$ 10.493 em 31 de dezembro de 2023) referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 12 – Ativos de contrato; e

(b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Ingressos

Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Scotiabank	420.000	nov-24	Semestral	Bullet	Capital de giro	USD + 5,8035%	CDI + 1,15%
Total	420.000						

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	906.039	31%
2026	171.864	6%
2027	628.139	22%
2028	171.864	6%
2029	171.864	6%
De 2030 até 2040	860.089	29%
Subtotal	2.003.820	69%
Custo de captação	(10.332)	0%
Não circulante	1.993.488	69%
Total empréstimos e financiamentos	2.899.527	100%

14.5 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

<i>Covenants</i> Empréstimos	Scotiabank
1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 3,5$	2,3
2º Dívida líquida/EBITDA: ≤ 45	2,3
3º EBITDA/Resultado financeiro líquido: $\geq 1,5$	6,3

<i>Covenants</i> Empréstimos	Citibank
1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$	2,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a asseguração limitada que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Debêntures

15.1 Movimentação das debêntures

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.628	590.896	595.524
Ingressos	-	1.050.000	1.050.000
Encargos	98.601	-	98.601
Transferências (a)	(2.792)	2.792	-
Pagamentos de juros	(83.066)	-	(83.066)
Variação monetária	-	21.725	21.725
Custo de captação (a)	1.449	(22.804)	(21.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.820	1.642.609	1.661.429

	Moeda Nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	161.969	298.957	460.926
Ingresso	-	300.000	300.000
Encargos	49.853	-	49.853
Transferência	(236)	236	-
Amortizações de principal	(162.318)	-	(162.318)
Pagamento de juros	(52.189)	-	(52.189)
Variação monetária	6.135	177	6.312
Custo de captação (a)	1.414	(8.474)	(7.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.628	590.896	595.524

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

15.2 Características das debêntures

Emissão	Característica	Série	Garantias	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Passivo circulante	Passivo não circulante	Saldo líquido do custo de captação
9ª	(1)/(3)/(4)	Única	N/A	300.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	4.052	299.429	303.481
10ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	N/A	300.000	IPCA + 6,30% a.a.	dez/23	dez/31	(319)	308.178	307.859
11ª	(1)/(3)/(4)	Única	N/A	500.000	CDI + 0,95% a.a.	mai/24	mai/30	6.627	498.852	505.479
12ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	N/A	550.000	CDI + 0,285% aa	out/24	set/36	8.460	536.150	544.610
Total								18.820	1.642.609	1.661.429

- (1) Emissão pública de debêntures simples
(3) Não conversíveis em ações
(4) Espécie Quirografária
(5) Debêntures Incentivadas

(a) Considera-se no custo da 12ª Debêntures, série única, o custo da ponta passiva do swap.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 e posteriormente pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados ou protocolados junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15.3 Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
11ª Emissão Debêntures - Série única	500.000	mai/24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 0,95%	Não se aplica
12ª Emissão Debêntures - Série única	550.000	out/24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,6493%	CDI + 0,285%

15.4 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	18.820	1%
2026	100.000	6%
2027	100.000	6%
2028	266.667	16%
2029	271.589	16%
De 2030 até 2036	933.646	57%
Subtotal	1.671.902	101%
Custos de captação (Não circulante)	(29.293)	-2%
Não circulante	1.642.609	99%
Total empréstimos e financiamentos	1.661.429	100%

15.5 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

<i>Covenants debêntures</i>	9ª debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures	12ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,3	2,3	2,3	2,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimentos de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos

16.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Ativos de:		
Diferenças temporárias		
Provisão para riscos judiciais	54.236	49.465
Receitas/custos de construção – CPC 47/IFRS 15	1.772	1.489
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	1.002	997
Provisão para participação nos lucros	2.678	1.950
Ajuste a valor presente	5	1.566
Provisões atuariais	3.546	4.400
Variação <i>swap</i>	-	23.123
Outras despesas não dedutíveis	29.051	31.753
Total	92.290	114.743
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
PECLD	(28.234)	(33.369)
Depreciação acelerada	(278.173)	(301.457)
Atualização do ativo financeiro VNR	(398.760)	(342.982)
Variação <i>swap</i>	(32.602)	-
Total	(737.769)	(677.808)
Total tributo diferido passivo registrado	(645.479)	(563.065)

16.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2024				
		Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para riscos judiciais	49.465	4.771	-	54.236	54.236	-
PECLD	(33.369)	5.135	-	(28.234)	-	(28.234)
Atualização do ativo financeiro VNR	(342.982)	(55.778)	-	(398.760)	-	(398.760)
Depreciação acelerada	(301.457)	23.284	-	(278.173)	-	(278.173)
Provisões atuariais	4.400	(1.020)	166	3.546	3.546	-
Provisão/Reversão para participação nos lucros	1.950	728	-	2.678	2.678	-
Variação <i>swap</i>	23.123	(72.547)	16.822	(32.602)	-	(32.602)
Receitas/custos de construção – CPC 47/IFRS 15	1.489	283	-	1.772	1.772	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	997	5	-	1.002	1.002	-
Ajuste a valor presente - AVP	1.566	(1.561)	-	5	5	-
Outras despesas não dedutíveis	31.753	(2.702)	-	29.051	29.051	-
Total	(563.065)	(99.402)	16.988	(645.479)	92.290	(737.769)

16.3 Expectativa de realização – Ativo fiscal diferido

A Administração estima que a realização dos créditos fiscais diferidos, no montante de R\$ 92.290, ocorrerá conforme a realização dos itens que serviram de base para seu cálculo.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	815.744	815.744	819.006	819.006
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(203.936)	(73.417)	(204.752)	(73.711)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	733	(1)	(4.982)	(425)
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (P&D)	1.827	658	965	347
Atualização de Indébito tributário	6.882	2.478	8.702	3.133
Incentivo PAT	2.836	-	2.090	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	266	-	302	-
IRPJ e CSLL anos anteriores	(4.314)	1.725	25.885	18.575
IRPJ Subvenção Governamental	189.856	-	182.256	-
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	(5.850)	(68.557)	10.466	(52.081)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	1%	8%	-1%	6%
Imposto corrente	60.491	(35.496)	43.385	(32.619)
Imposto diferido	(66.341)	(33.061)	(32.919)	(19.462)

17 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	55.232	61.968	57.188	48.204
Fiscais	84.355	108.838	70.257	75.379
Trabalhistas	6.913	21.526	9.016	18.330
Regulatórias	9.247	-	8.347	-
Total	155.747	192.332	144.808	141.913
Circulante	29.282	4.345	27.789	4.253
Não circulante	126.465	187.987	117.019	137.660

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

17.1 Movimentação dos riscos no exercício

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	57.188	22.407	(23.666)	(8.427)	7.730	55.232
Tributárias	70.257	14.098	-	-	-	84.355
Trabalhistas	9.016	1.389	(3.061)	(1.074)	643	6.913
Regulatórios	8.347	-	-	-	900	9.247
Total contingências	144.808	37.894	(26.727)	(9.501)	9.273	155.747

	2022			2023		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização /Reversão (3)	Saldo final
Cíveis	37.123	31.874	(31.442)	(7.361)	26.994	57.188
Fiscais	70.608	-	-	(27)	(324)	70.257
Trabalhistas	7.801	1.281	(1.529)	(415)	1.878	9.016
Regulatórios	7.385	-	-	-	962	8.347
Total contingências	122.917	33.155	(32.971)	(7.803)	29.510	144.808

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas durante o exercício; e

(3) Atualizações e reversões monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cíveis	140.165	125.588
Fiscais	30.892	29.347
Trabalhistas	5.573	2.314
Total	176.630	157.249

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

17.2 Cíveis

A Companhia figura como ré em 9.712 processos cíveis, sendo classificados de acordo com o risco: 8.701 como prováveis, 969 como possíveis e 42 como remotos em 31 de dezembro de 2024 (9.980 processos em 31 de dezembro de 2023, 8.901 prováveis, 1.035 possíveis e 44 remotos), sendo que 2.600 tramitam em Juizados Especiais (1.991 processos em 31 de dezembro de 2023), dos quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 55.232 (R\$ 57.188 em 31 de dezembro de 2023), os processos mais relevantes destacam-se as:

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento	6.287	16.375
Morte por descarga elétrica (eletroplessão)	9.101	8.120
Cobrança indevida	3.791	4.154
Fraude questionada	3.936	4.740
Corte indevido	2.077	2.330
Acidente com terceiros	1.370	1.715
Falha no atendimento	2.125	2.172
Quebra de contrato (a)	11.147	10.858
Outras (b)	15.398	6.724
Total	55.232	57.188

- (a) O principal montante envolvido é referente ao processo de 0046671-06.2015.8.10.0001, trata-se de uma ação de indenização por perdas e danos com cobrança movida por Agrasty Construções Ltda., em 18/11/2014, em face de Companhia Energética do Maranhão, antiga denominação da Companhia, alegando quebra de contrato que tinha por objeto, dentre outros aspectos, a prestação de serviços de engenharia. Após contestação, produção de provas documentais, periciais e orais, foi proferida sentença que julgou procedente os pedidos do autor, acolhendo os pedidos indenizatórios de danos emergentes no valor de R\$ 2.528; R\$ 9.972, a título de lucros cessantes; horas extras, no valor de R\$ 8.185; e honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação. A Companhia interpôs recurso de Apelação, em 17/10/2018, que foi parcialmente provido para julgar improcedente o pedido de pagamento de lucros cessantes. Após Embargos de Declaração por ambas as partes, não acolhidos, foi interposto Recurso Especial pela Companhia, em 18 de dezembro de 2020, com efeito suspensivo concedido. O recurso está pendente de julgamento pela 4ª turma do Supremo Tribunal de Justiça; e
- (b) O principal montante envolvido refere-se ao processo nº 0010494-91.2013.8.10.0040 movido pela empresa Bodim Comércio de Biciclos Ltda., buscando indenização por incêndio causado em suas instalações com perda total dos bens no local da ocorrência, em 08 de agosto de 2012. Apresentada a defesa e transcorrida a fase de produção de provas, foi proferida sentença determinando o pagamento de R\$ 2.838 a título de danos materiais; R\$ 269 a título de lucros cessantes; danos materiais no prédio sinistrado, com apuração dos valores a serem feitas por liquidação; custas e honorários, fixados em 15% do valor atualizado da condenação. Em seguida, foram interpostos recursos por ambas as partes, sendo provido, inicialmente, apenas o recurso da Companhia, para julgar improcedentes os pedidos. Contudo, a decisão foi revertida após Embargos de Declaração pela parte contrária, retomando-se os efeitos da condenação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão. A Companhia interpôs Embargos de Declaração, que foram rejeitados, seguidos de Recurso Especial, com concessão de efeito suspensivo e provimento parcial, sem alteração do mérito da demanda. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ, após Agravo Interno de ambas as partes, autuado sob o nº 1949686.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 140.165 (R\$ 125.588 em 31 de dezembro de 2023) destacam-se as:

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento	21.797	20.104
Morte por descarga elétrica (eletroplessão)	15.119	13.996
Acidente com terceiros	6.834	7.327
Quebra de contrato	7.096	2.391
Incêndio (a)	72.249	65.329
Outras	17.070	16.441
Total	140.165	125.588

- (a) O principal montante envolvido é referente ao processo de 0803022-09.2017.8.10.0026, trata-se de um incêndio que teve origem na rede interna dos autores, sem responsabilidade da Companhia. O Laudo do Instituto de Criminalística e Medicina Legal (ICRIM) que apontava responsabilidade da Companhia foi anulado em outro processo judicial, e uma perícia judicial será realizada para determinar a responsabilidade pelo evento (incêndio).

17.3 Fiscais

A Companhia figura como ré em 242 processos fiscais, sendo classificados de acordo com o risco: 5 como prováveis, 51 como possíveis e 186 como remotos em 31 de dezembro de 2024; (321 processos em 31 de dezembro de 2023, 9 prováveis, 53 possíveis e 259 remotos).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 84.355 (R\$ 70.257 em 31 de dezembro de 2023), referente aos seguintes processos:

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2024	2023
PIS/COFINS	84.355	70.257
Total	84.355	70.257

- (i) Processo de PIS e COFINS sobre a receita financeira no montante de R\$ 84.355, onde a Companhia obteve decisão judicial favorável para anular os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que reintroduziu as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras. Apesar desta decisão, os valores de tais tributos foram depositados em juízo. Considerando que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do aumento de tais alíquotas, em sede de repercussão geral (Tema 939), os valores poderão ser convertidos em renda, exceto os valores que a Companhia depositou em excesso, os quais já foram reconhecidos pela União, e encontra-se em fase de recuperação; e
- (ii) A Companhia efetuou depósitos judiciais referente ao processo de nº 0816370-67.2020.8.10.000 no montante de R\$ 18.101, em que a Companhia figura como parte autora em ação declaratória que visa o reconhecimento do direito à retribuição pelo serviço de lançamento, cobrança e arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) em favor do Município de São Luís no percentual de 5% sobre o total dos valores arrecadados. Atualmente, o processo aguarda conclusão para julgamento dos recursos na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Além dos processos provisionados, existem outros fiscais, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da Companhia, como possível no montante de R\$ 30.892 (R\$ 29.347 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2024	2023
PIS/COFINS	25.732	24.222
Outras	5.160	5.125
Total	30.892	29.347

17.4 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2024 é composto por 250 reclamações ajuizadas, sendo classificados de acordo com o risco: 71 como prováveis, 29 como possíveis e 150 como remotos; (230 reclamações em 31 de dezembro de 2023, 74 prováveis, 30 possíveis e 126 remotos). Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 6.913 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 9.016 em 31 de dezembro de 2023), destacam-se ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, como pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Contingências trabalhista (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Hora extra	1.439	1.546
Responsabilidade subsidiária	194	205
Acidente de trabalho	1.445	3.862
Doença ocupacional/profissional	2.006	1.520
Reintegração no emprego	879	852
Outras	950	1.031
Total	6.913	9.016

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 5.573 (R\$ 2.314 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foram constituídas provisões. Destacam-se ações por responsabilidade subsidiária, ações por horas extras e ações por execução TAC.

Contingências trabalhista (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Hora extra	405	390
Responsabilidade subsidiária	3.160	686
Outras	2.008	1.238
Total	5.573	2.314

17.5 Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$ 9.247 (R\$ 8.347 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra a Companhia, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como, penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

18 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

(i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	741.337	777.391
(-) Reserva de incentivo fiscal	(189.856)	(182.256)
(-) Reserva legal	(27.574)	(29.757)
Lucro líquido ajustado	523.907	565.378
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	130.977	141.345
Dividendos adicionais propostos	318.887	249.413
Total de dividendos mínimos e adicionais	449.864	390.758
Reserva de reforço de capital de giro	74.043	174.620
Total lucro líquido ajustado	523.907	565.378

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	116.055
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	343.871
Dividendos mínimos distribuídos de 2023	141.345
Pagamento de dividendos	(458.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	142.884
Dividendos adicionais distribuídos de 2023 (a)	249.413
Dividendos mínimos propostos de 2023 – Vide item (i)	130.977
Pagamento de dividendos (b)	(390.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	132.608

(a) Em 29 de abril de 2024, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária, houve aprovação da distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 249.413, o qual é composto pelo dos dividendos adicionais com base no lucro em 31 de dezembro de 2023; e

(b) O valor de R\$ 390.666 refere-se às distribuições aprovadas em: 29 de abril de 2024, referentes aos dividendos adicionais mantidos no patrimônio líquido, no valor de R\$ 249.413, conforme nota (a) acima, e saldo remanescente de dividendos mínimos mantidos no passivo, no valor de R\$ 141.253.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.863.606 (R\$ 1.651.592 em 31 de dezembro de 2023), o capital autorizado é de R\$ 2.200.000 (R\$ 2.200.000 em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações preferenciais nominativas		Ações preferenciais nominativas		Total	%
	Ações ordinárias	Classe A	Classe B			
Equatorial Energia Distribuição S.A.	105.120.627	768.694	1.008.683	106.898.004	65,11%	
Eletrobras	53.777.259	459.387	609.069	54.845.715	33,41%	
Outros	2.421.053	11.150	7.977	2.440.180	1,48%	
Total (a)	<u>161.318.939</u>	<u>1.239.231</u>	<u>1.625.729</u>	<u>164.183.899</u>	<u>100%</u>	

(a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Em 29 de abril de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia para incorporar o aumento no capital subscrito no valor de R\$ 212.014, sem a emissão de novas ações.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe “A” e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe “B”, calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos, restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital.

19.2 Reservas de lucros

	2024	2023
Reserva legal (a)	91.644	93.828
Reserva de incentivos fiscais (b)	499.995	492.395
Reserva estatutária de reforço de capital de giro (c)	1.305.353	1.231.310
Reserva de dividendos adicionais propostos (d)	318.887	249.413
Total de reservas de lucros	<u>2.215.879</u>	<u>2.066.946</u>

a. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 91.644 (R\$ 93.828 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O montante de benefício fiscal do ano foi integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

b. Reserva de incentivos fiscais

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), Subvenções e Assistências Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O saldo das subvenções da SUDENE é de R\$ 499.995 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 492.395 em 31 de dezembro de 2023).

c. Reserva estatutária de reforço de capital de giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo desta reserva é de R\$ 1.305.353 (R\$ 1.231.310 em 31 de dezembro de 2023).

d. Reserva de dividendos adicionais propostos

Em 29 de abril de 2024, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição da integralidade da reserva no montante de R\$ 249.413, oriundos da reserva de dividendos adicionais.

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 318.887 (R\$ 249.413 em 31 de dezembro de 2023).

19.3 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio de um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

19.3.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

No dia 22 de julho de 2019, por meio de AGE, os acionistas da Equatorial S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano").

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis.

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

2ª Outorga		3ª Outorga	
Vesting Date	Opções exercíveis	Vesting Date	Opções exercíveis
14/12/2021	43.750	05/08/2022	70.000
14/12/2022	43.750	05/08/2023	70.000
14/12/2023	43.750	05/08/2024	70.000
14/12/2024	43.750	05/08/2025	70.000
	175.000		280.000

4ª Outorga		5ª Outorga	
Vesting Date	Opções exercíveis	Vesting Date	Opções exercíveis
11/03/2023	84.200	26/07/2023	45.000
11/03/2024	84.200	26/07/2024	45.000
11/03/2025	84.200	26/07/2025	45.000
11/03/2026	84.200	26/07/2026	45.000
	336.800		180.000

6ª Outorga		7ª Outorga	
Vesting Date	Opções exercíveis	Vesting Date	Opções exercíveis
02/04/2024	45.000	02/08/2024	32.500
02/04/2025	45.000	02/08/2025	32.500
02/04/2026	45.000	02/08/2026	32.500
02/04/2027	45.000	02/08/2027	32.500
	180.000		130.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga.

O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo “Black & Scholes” de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

2ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A)

	2024	2023
Valor justo na data de outorga (14/12/2020)	9,34	9,34
Quantidade outorgada	175.000	175.000
Preço da ação na data de outorga	22,13	22,13
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	19,55	19,99
Volatilidade esperada (média ponderada)	29,05%	29,05%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada anual)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,01%	6,01%

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A)

	2024	2023
Valor justo na data de outorga (05/08/2021)	9,34	9,34
Quantidade outorgada	280.000	280.000
Preço da ação na data de outorga	24,23	24,23
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	23,63	24,11
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,30%	30,30%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada anual)	4,25	4,25
	10,36%	10,36%

4ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A)

	2024	2023
Valor justo na data de outorga (11/03/2023)	11,71	11,71
Quantidade outorgada	336.800	336.800
Preço da ação na data de outorga	25,34	25,34
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	23,00	23,59
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,89%	30,89%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada anual)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,26%	12,26%

5ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A)

	2024	2023
Valor justo na data de outorga (26/07/2022)	10,33	10,33
Quantidade outorgada	180.000	180.000
Preço da ação na data de outorga	23,48	23,48
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	22,98	23,58
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,58%	30,58%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada anual)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	13,11%	13,11%

6ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A)

	2024	2023
Valor justo na data de outorga (03/04/2024)	12,15	12,15
Quantidade outorgada	180.000	180.000
Preço da ação na data de outorga	26,88	26,88
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	26,04	26,38
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,53%	31,53%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada anual)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,16%	12,16%

7ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A)

	2024	2023
Valor justo na data de outorga (02/08/2024)	15,24	15,24
Quantidade outorgada	130.000	130.000
Preço da ação na data de outorga	33,05	33,05
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	30,45	30,79
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,34%	31,34%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada anual)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	11,25%	11,25%

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o exercício e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

b. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no exercício. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2024 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

19.3.2 Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2024	2024	2023	2023
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	7.196.800	-	6.886.800	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	310.000	-
Encerrados ao fim do exercício 1ª Outorga	(5.915.000)	-	-	-
Encerrados ao fim do exercício 2ª Outorga	(94.200)	-	-	-
Encerrados ao fim do exercício 3ª Outorga	(141.800)	-	-	-
Encerrados ao fim do exercício 4ª Outorga	(129.400)	-	-	-
Encerrados ao fim do exercício 5ª Outorga	(140.000)	-	-	-
Encerrados ao fim do exercício 6ª Outorga	(120.000)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	-	-	5.915.000	18,62
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	80.800	19,83	175.000	19,83
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	138.200	23,63	280.000	23,90
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	207.400	23,00	336.800	23,28
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	40.000	22,98	180.000	23,27
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	60.000	26,04	180.000	26,38
Existentes ao fim do exercício 7ª Outorga	130.000	30,79	130.000	30,79
Total existentes ao fim do exercício	656.400	-	7.196.800	-

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.877 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19.3.3 Matching Shares

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a criação de um novo incentivo de longo prazo da Companhia, no formato de Plano de Investimento em Ações (“Plano”) e, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Investimento em Ações (*Matching Shares*) (“1º Programa *Matching*”). O 1º Programa *Matching* tem por objetivo que os participantes selecionados invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de ações próprias durante o período de carência de, no mínimo, 4 (quatro) anos, conforme previsto no programa. Ao investir na aquisição de ações próprias e assumir o risco de ficar investido na Companhia durante o período de carência, pretende-se, ao outorgar as Ações *Matching*, alinhar os interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor.

Os critérios para fins de determinação do número de Ações *Matching* a que os participantes farão jus são: (i) se o participante investir até 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 0,5 (meia) ação para cada 1 (uma) ação adquirida; ou (ii) se o participante investir mais do que 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) ação adquirida.

O direito de receber as Ações *Matching* dependerá da manutenção plena e ininterrupta da propriedade das Ações Próprias pelos Participantes (“Condição de Investimento”), bem como da sua permanência como administrador ou empregado da Companhia e/ou de sociedades sob o seu Controle (“Condição de Serviço”), durante o período de carência.

As Ações *Matching* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

Ademais, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Programa de Recompra de Ações, com prazo de duração até 14 de novembro de 2025, com o objetivo prioritário de atender o Plano de *Matching Shares* ou para permanência em tesouraria, para posterior alienação.

As informações das Opções outorgadas ocorridas, estão descritas abaixo:

1º Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
15/05/2025	22.236
15/05/2026	22.236
15/05/2027	22.236
15/05/2028	22.236
	88.944

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Programa são:

1º Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	31,12
Data de outorga: 15/05/2024	
Quantidade outorgada	88.944
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	31,12

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 908 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o exercício que é avaliado em cada data base.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19.3.4 Plano de outorga de “Phantom Shares”

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo.

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a “Phantom Shares”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de *Performance* pela Companhia.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “Phantom Shares” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

b. Forma de cálculo da despesa do programa - Contrato Phantom 2019

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício
<i>Em ações</i>	2024	2024	2023	2023
Existentes em 1º de janeiro	890.000	33,25	930.000	24,77
Outorgadas durante o exercício	-	-	35.000	33,35
Cancelamento (a)	(135.000)	-	(75.000)	-
Existentes ao fim do exercício	755.000	31,15	890.000	33,35

(a) Trata-se de transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

Para o plano de “Phantom shares” referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma reversão de R\$ 6.760 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 17.224 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 31,15 (R\$ 33,25 em 31 de dezembro de 2023). Este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

c. Forma de cálculo da despesa do programa - Contrato *Phantom* 2023

A Companhia realizou a estimativa de valor justo do referido plano por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício
	2024	2024	2023	2023
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	522.974	33,28	-	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	522.974	33,28
Canceladas durante o exercício (a)	(20.984)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	501.990	32,19	522.974	33,28

(a) Trata-se de transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

Para o plano de “*Phantom shares*” referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma provisão de R\$ 97 em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 4.537 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 32,19 (R\$ 33,28 em 31 de dezembro de 2023).

19.4 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2024			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	728.401	5.594	7.342	741.337
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	161.319	1.239	1.626	164.184
Lucro básico e diluído por ação	<u>4,51528</u>	<u>4,51528</u>	<u>4,51528</u>	<u>4,51528</u>
	2023			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador				
Lucro líquido do exercício	763.826	5.866	7.699	777.391
Denominador				
Média ponderada por classe de ações	161.319	1.239	1.626	164.184
Lucro básico e diluído por ação	<u>4,73488</u>	<u>4,73488</u>	<u>4,73488</u>	<u>4,73488</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de distribuição (a)	6.105.899	5.140.177
Remuneração financeira WACC (d)	378.111	358.104
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	100.119	331.670
Subvenção CDE – Outros (e)	199.317	118.724
Fornecimento de energia elétrica	6.783.446	5.948.675
Suprimento de energia elétrica (c)	42.022	8.005
Receita pela disponibilidade - uso da rede	226.790	176.101
Receita de construção - nota explicativa nº 21	1.145.870	1.044.544
Atualização dos ativos financeiros (d)	164.050	162.545
Outras receitas	189.401	203.705
Receita operacional bruta	8.551.579	7.543.575
Deduções		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.380.286)	(1.006.276)
PIS e COFINS	(520.364)	(459.855)
Encargos do consumidor	(55.145)	(54.423)
ISS	(2.331)	(1.884)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(358.175)	(324.732)
Penalidades DIF/FIC e outras	(23.206)	(27.052)
Deduções da receita operacional	(2.339.507)	(1.874.222)
Receita operacional líquida	6.212.072	5.669.353

- (a) O aumento da receita de distribuição se deve aos seguintes fatores: o consumo médio residencial apresentou crescimento de 3,9% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passando de 172,23 kWh/cliente para 178,95 kWh/cliente. Com relação a classe comercial, houve crescimento dos setores de comércio varejista e comércio por atacado, que cresceram 12,4% e 25,5% respectivamente. Na classe poder público, o destaque ficou para o setor de administração pública em geral, com crescimento de 5,8%;
- (b) A variação negativa R\$ 231.551 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva do reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R\$ 4.789 quando comparada com o exercício anterior e; (ii) em relação à constituição, houve maiores custos frente à cobertura tarifária, gerando variação positiva de R\$ 175.025 quando comparado com o exercício anterior; (iii) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 316.771 quando comparado com o exercício anterior, onde a maior variação se dá na linha de PIS e COFINS, devido ao montante do RTA anterior ser superior ao montante do RTA atual; (iv) variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R\$ 2.981 e; (v) variação negativa do efeito da CVA da Bandeira Faturada R\$ 91.614, devido as bandeiras tarifárias ocorridas a partir de julho de 2024, o que não ocorreu em 2023;
- (c) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido a distribuidora ter disponibilizado mais energia para venda no Mercado de Curto Prazo no exercício de 2024. No exercício anterior de 2023 foram 88.661 MWh vendidos ao preço médio de R\$ 69,04/MWh e ao passo que no exercício de 2024 foram 349.106 MWh vendidos ao preço médio de R\$ 150,13/MWh. Assim, houve um aumento da disponibilidade de suprimento para a venda no mercado de curto prazo;
- (d) O crescimento se deve pela variação positiva do ativo financeiro, ocasionado principalmente por uma adição de aproximadamente 28% no comparativo entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Essa adição se deve principalmente à proximidade da revisão tarifária periódica que ocorrerá em agosto de 2025. Por isso o crescimento das capitalizações e aumento relevante do ativo financeiro e remuneração financeira WACC no exercício. As adições no passivo financeiro tiveram uma redução de aproximadamente 11%, gerando uma atualização líquida maior no comparativo entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023; e
- (e) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II, que envolvem autoconsumo local, geração compartilhada (até 25% de participação) e autoconsumo remoto (até 500 kW). Estes estão condicionados a pagar o Fio B de forma progressiva e gradativa ao longo dos anos, a partir de 2023.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Custo do serviço e despesas operacionais

	2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(48.305)	(47.899)	(114.326)	-	(210.530)
Material	(9.446)	(12.813)	(3.123)	-	(25.382)
Serviços de terceiros	(265.420)	(133.931)	(63.896)	-	(463.247)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(2.744.453)	-	-	-	(2.744.453)
Custo de construção	(1.145.870)	-	-	-	(1.145.870)
PECLD (b)	-	-	-	(113.383)	(113.383)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(14.295)	-	(14.295)
Amortização	(263.437)	-	(43.527)	-	(306.964)
Outros	1.199	(6.820)	(7.213)	(4.559)	(17.393)
Total	(4.475.732)	(201.463)	(246.380)	(117.942)	(5.041.517)

	2023				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(39.799)	(31.244)	(123.384)	-	(194.427)
Material	(8.848)	(13.512)	(1.685)	-	(24.045)
Serviços de terceiros	(246.009)	(139.495)	(61.284)	-	(446.788)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(2.396.687)	-	-	-	(2.396.687)
Custo de construção	(1.044.544)	-	-	-	(1.044.544)
PECLD (b)	-	-	-	(144.906)	(144.906)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(25.352)	-	(25.352)
Amortização	(222.678)	-	(29.239)	-	(251.917)
Outros	885	(6.174)	(3.778)	-	(9.067)
Total	(3.957.680)	(190.425)	(244.722)	(144.906)	(4.537.733)

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 22 – Energia elétrica comprada para revenda; e

(b) Para maior detalhamento, vide nota explicativa nº 7.2 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa.

21.1 Outras despesas operacionais, líquidas

	2024	2023
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	-	6.110
Reversão de provisão para perda de estoque (b)	38.304	4.981
Outras receitas operacionais	1.408	1.399
Total de outras receitas operacionais	39.712	12.490
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (a)	(49.412)	(132.353)
Indenização por danos a terceiros	(4.751)	(5.639)
Provisão para perda de estoque (b)	(37.512)	(2.627)
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	(57.297)	(28.903)
Outras despesas operacionais	(26.245)	(18.330)
Total de outras despesas operacionais	(175.217)	(187.852)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(135.505)	(175.362)

(a) Os saldos de perdas referem-se às baixas de bens 100% depreciados, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

(b) A distribuidora avalia periodicamente seus estoques/obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado trata-se em sua maioria de itens obsoletos, morosos e/ou danificados. Para os materiais que não havia expectativa de benefício econômico, a distribuidora realizou a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens; e

(c) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos, do contas a receber.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

22 Energia elétrica comprada para revenda

	2024		2023	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	7.655	(1.645.087)	6.798	(1.399.911)
Contratos Eletronuclear	255	(83.934)	248	(85.103)
Contratos cotas de garantias	1.246	(315.459)	1.377	(238.009)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	(202.627)	-	(205.286)
Energia de curto prazo - CCEE	-	(100.669)	-	(105.121)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	158	(64.705)	144	(67.379)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	248.417	-	222.151
Geração distribuída	-	(59.979)	-	(31.022)
Subtotal	9.314	(2.224.043)	8.567	(1.909.680)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (b)	-	(520.410)	-	(487.007)
Total	9.314	(2.744.453)	8.567	(2.396.687)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de aumento de volume contratado em 12,61% em relação ao exercício do ano anterior, com preço médio do exercício em R\$ 214,90/MWh; e
- (b) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024 e Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).
- (*) Informação não revisada.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros (a)	105.615	118.097
Valores a receber/devolver parcela A	14.409	18.527
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	213.373	25.801
Acréscimo moratório de energia vendida	81.195	72.364
Receita Financeira de AVP	6.261	5.436
PIS/COFINS sobre receita financeira	(11.133)	(11.862)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	66.830	149.529
Juros de mora sobre PECLD	13.672	-
Outras receitas financeiras	41.033	46.144
Total de receitas financeiras	531.255	424.036
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (d)	(209.842)	(132.396)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(57.611)	(100.452)
Valores a receber/devolver parcela A	(45.890)	(40.630)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(363.934)	(207.375)
Despesa financeira de AVP	(1.669)	(4.207)
Atualização de contingências (e)	(9.273)	(29.510)
Descontos concedidos	(18.088)	(8.490)
Despesas com Aval	(17.952)	(17.212)
Juros de mora sobre PECLD	(6.221)	(12.456)
Outras despesas financeiras	(19.256)	(8.560)
Encargos de geração distribuída	(825)	-
Total de despesas financeiras	(750.561)	(561.288)
Total	(219.306)	(137.252)

- (a) A variação nos rendimentos financeiros foi impulsionada pela combinação de dois fatores: o aumento de 63,7% nas disponibilidades da Companhia em comparação com o mesmo exercício de 2023, e o impacto da variação do CDI. Até 31 de dezembro de 2024, o CDI acumulado foi de 10,88%, contra 13,04% no final de 31 de dezembro de 2023;
- (b) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como *hedge* de fluxo de caixa, que troca Dólar+spread por CDI+spread, na qual a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. O principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 27,9%, saindo de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 6,19 no exercício findo de 31 de dezembro 2024. No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,21%, saindo de R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023;
- (c) Em 2024, a despesa foi originada principalmente pela variação cambial da dívida, devido à desvalorização do dólar em 27,9%, contribuindo para uma despesa líquida no exercício;
- (d) O aumento na despesa, deu-se principalmente em função do crescimento da dívida da Companhia em 44,9%, em relação ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023; e
- (e) A variação na atualização de contingências é decorrente da recomposição de processos em fase de execução e sentença que elevou o saldo no exercício anterior de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve fatores recorrentes relevantes quanto ao exercício anterior.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

24.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da EQTPREV - Fundação Equatorial de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A EQTPREV (anteriormente denominada FASCEMAR) foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006. A última versão do Plano Equatorial CD foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) no ano de 2018. Em regime de contribuição definida, de acordo com a classificação definida pela PREVIC, o Plano oferece o benefício de aposentadoria normal, o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo ou assistido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da Companhia que não contavam com este benefício.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

(a) Plano Equatorial BD1

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

Aposentadoria por Invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o Salário Real de Benefício SRB e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social.

Aposentadoria por Idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.

Aposentadoria por Tempo de Contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social.

Aposentadoria Especial: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria especial da Previdência Social.

Pensão por morte: O benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 50% (mais 10% por beneficiário) da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data de falecimento.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Plano Equatorial CD

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:
Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
- b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
- c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
- d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

A Companhia realiza anualmente as avaliações atuariais por avaliadores independentes, considerando cotação de mercado ativo, análise de sensibilidade, taxa esperada global de retorno dos ativos com base nas expectativas de mercado vigentes e aplicáveis durante o período o qual a obrigação deve ser liquidada.

Assim, as principais premissas atuarias utilizadas são: (i) taxa de inflação; (ii) taxa de desconto; (iii) futuros aumentos salariais; e (iv) futuros aumentos de pensão.

(c) Planos de Saúde

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados o Plano de Saúde Bradesco e o plano odontológico Odontoprev. O plano de saúde Bradesco foi implantado para os ativos (que inclui os colaboradores afastados – inclusive aposentadoria por invalidez), em uma apólice compulsória, na qual a empresa custeia integralmente a mensalidade do plano de saúde dos colaboradores titulares e seus dependentes legais e o titular tem corresponsabilidade na utilização do plano em 40% para Consultas e Exames Simples, e elegibilidade por cargo. O plano odontológico é administrado pela OdontoPrev S/A, a participação da Companhia no Plano Odontológico é de 70% do valor das mensalidades dos empregados e seus dependentes. Para os casos de ex-empregados, existe a possibilidade de permanência no plano em uma apólice de inativos, sendo a mensalidade assumida integralmente pelo participante.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2024 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado do exercício de 2024.

	2024			2023		
	CD	BD1	Plano de saúde e odontológico	CD	BD1	Plano de saúde e odontológico
Apuração do passivo (ativo) líquido						
Déficit/(Superávit) apurado						
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	592	144.514	15.405	583	157.571	13.030
Valor justo dos ativos do plano	(12.700)	(190.827)	-	(9.515)	(204.157)	-
Déficit/(Superávit) apurado	(12.108)	(46.313)	15.405	(8.932)	(46.586)	13.030
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais						
Efeito do Teto de Ativo	6.415	46.313	-	4.703	46.586	-
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	6.415	46.313	-	4.703	46.586	-
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)						
Passivo/(Ativo) líquido apurado	(5.693)	-	15.405	(4.229)	-	13.030

24.3 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2024			2023		
	CD	BD1	Plano de Saúde e odontológico	CD	BD1	Plano de saúde e odontológico
Resultado do Exercício 2024						
Custo do serviço corrente líquido	72	4	-	140	1	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	44	14.632	1.274	111	16.805	1.024
Rendimento esperado dos ativos do plano	(893)	(19.189)	-	(935)	(22.515)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	442	4.556	-	375	5.708	-
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(335)	3	1.274	(309)	(1)	1.024
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício						
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(2.142)	15.989	-	(569)	(1.441)	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(106)	(11.153)	1.459	(684)	8.531	3.449
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.271	(4.830)	-	1.174	(7.080)	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(977)	6	1.459	(79)	10	3.449

24.4 Ativos do plano

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Ativos do plano incluem:	2024		2023	
	CD	BD1	CD	BD1
Títulos Públicos	146.435	166.016	124.898	196.102
Fundos de Investimento:	223.844	22.513	229.798	3.707
Outros	92.542	5.294	70.640	7.428
Total	462.821	193.823	425.336	207.237

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24.5 Obrigação de benefício definido

(a) Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

Premissas	2024			2023		
	CD	BD1	Plano de Saúde e odontológico	CD	BD1	Plano de Saúde e odontológico
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	12,97%	12,31%	12,49%	9,41%	9,78%	9,90%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	Não aplicável	3,93%	3,93%	Não aplicável
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissa	Análise de sensibilidade	2024			2023		
		CD	BD1	Plano de Saúde	CD	BD1	Plano de Saúde
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(13)	(4.751)	(899)	(14)	(5.767)	(844)
	Redução de 0,5%	14	5.064	996	15	6.182	941
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(29)	3.903	507	(29)	4.488	453
	Redução de 1 ano	32	(3.954)	(503)	32	(4.530)	(450)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	982	-	-	918
	Redução de 0,5%	-	-	(894)	-	-	(831)
Mortalidade geral		AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%

Embora a análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

24.6 Fluxo de Caixa

	2024			2023		
	CD	BD1	Plano de saúde e odontológico	CD	BD1	Plano de saúde e odontológico
1 Fluxo de caixa no exercício						
Contribuições do empregador	151	9	358	171	9	351
Contribuições de participante	1	9	-	-	9	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	16.549	358	78	16.690	351
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte						
Contribuições do empregador	146	11	439	204	11	319
Contribuições de participante	-	11	-	-	11	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	303	16.999	439	233	16.346	319

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

25 Instrumentos financeiros

25.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas 14.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 15.5 - *Covenants* das debêntures.

25.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

25.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósito bancários	-	Custo amortizado	21.347	21.347	37.814	37.814
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	108.848	108.848	276.769	276.769
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.456.357	1.456.357	654.644	654.644
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.271.034	1.271.034	1.223.771	1.223.771
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	120.044	120.044	-	-
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	4.887.009	4.887.009	4.020.878	4.020.878
Total do ativo			7.864.639	7.864.639	6.213.876	6.213.876
Passivo	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	579.604	579.604	572.917	572.917
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	43.580	43.580	57.232	57.232
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	2.899.527	2.909.533	2.552.766	2.560.135
Debêntures	2	Custo amortizado	1.661.429	1.638.238	595.524	662.115
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	24.154	24.154	68.008	68.008
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	568	568	402	402
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	347.538	347.538	390.919	390.919
Total do passivo			5.556.400	5.543.215	4.237.768	4.311.728

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração do valor justo.

- **Caixa - Depósitos bancários** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;
- **Equivalentes de caixa** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;
- **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL. Nível 3 na hierarquia do valor justo;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Fornecedores risco sacado** - decorrem de transações da Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e
- **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado;

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

25.4 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor justo		
									2024	2023	
Scotiabank	19/02/2021	19/02/2025	66.500	350.000	Anual	Câmbio	Semestral	US\$ + 1,48% a.a. / CDI + 1,65% a.a.	18.797	(60.552)	
Citibank	17/11/2023	09/05/2025	80.000	389.600	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,79% a.a./ CDI + 1,29% a.a.	101.781	(7.456)	
XP	04/10/2024	15/09/2036	-	550.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a / CDI +0,285% a.a.	(47.240)	-	
Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	73.684	420.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a / CDI +1,15% a.a.	22.552	-	
Total									95.890	(68.008)	
									Ativo circulante	120.044	-
									Passivo circulante	-	(30.503)
									Passivo não circulante	(24.154)	(37.505)
									Efeito líquido total	95.890	(68.008)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor Nominal	Valor contábil 2024	
			Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA
Contrato de <i>swap hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.709.600	95.890	(49.477)

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor Nominal	Valor contábil 2023	
			Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA
Contrato de <i>swap hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	739.600	(68.008)	11.639

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

25.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 130.195 (R\$ 314.583 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisões.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

2024					
Classe Consumidora	Consumidores Faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	899.420	135.675	269.710	1.304.805	74%
Industrial	26.619	669	2.722	30.010	2%
Comercial	82.408	11.163	15.469	109.040	6%
Rural	90.063	6.929	13.985	110.977	6%
Poder público	76.735	10.671	26.159	113.565	6%
Iluminação pública	8.561	5.792	12.868	27.221	2%
Serviço público	46.701	337	26.305	73.343	4%
Total	1.230.507	171.236	367.218	1.768.961	100%

2023					
Classe Consumidora	Consumidores Faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	936.858	141.008	319.575	1.397.441	75%
Industrial	34.803	769	9.209	44.781	2%
Comercial	104.717	14.775	28.616	148.108	8%
Rural	81.753	7.487	14.750	103.990	5%
Poder público	68.806	10.495	29.341	108.642	6%
Iluminação pública	7.318	5.862	13.470	26.650	1%
Serviço público	43.313	349	26.824	70.486	3%
Total	1.277.568	180.745	441.785	1.900.098	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.14.2.1 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PCLD	Saldo contábil bruto faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PCLD
A Vencer individualizada	6.554	3,45%	226			
A Vencer	164.034	33,24%	54.525	335.581	3,45%	11.578
Vencido 1 a 30	7.136	36,59%	2.611	195.482	5,00%	9.774
Vencido 31 a 60	4.653	49,33%	2.295	67.508	15,10%	10.194
Vencido 61 a 90	3.903	55,56%	2.169	36.248	28,86%	10.461
Vencido 91 a 120	3.895	60,16%	2.343	26.637	35,24%	9.387
Vencido 121 a 150	3.128	62,20%	1.946	21.499	38,88%	8.359
Vencido 151 a 180	3.166	63,86%	2.022	21.064	41,79%	8.803
Vencido 181 a 210	3.192	65,58%	2.093	19.927	41,79%	8.327
Vencido 211 a 240	2.719	66,93%	1.820	16.610	41,79%	6.941
Vencido 241 a 270	2.753	66,93%	1.843	15.594	42,98%	6.702
Vencido 271 a 300	2.916	68,76%	2.005	25.330	44,17%	11.188
Vencido 301 a 330	2.752	69,74%	1.919	16.297	45,33%	7.387
Vencido 331 a 360	2.745	69,74%	1.914	17.320	45,33%	7.851
Vencido 361 a 390	2.496	70,62%	1.763	15.191	46,10%	7.003
Vencido 391 a 420	2.848	71,71%	2.042	16.186	46,64%	7.549
Vencido 421 a 450	2.597	71,71%	1.862	12.889	46,71%	6.020
Vencido 451 a 630	16.525	73,66%	12.172	66.981	49,19%	32.948
Vencido 631 a 720	8.835	75,06%	6.632	28.839	54,16%	15.619
Vencido 721 a 810	9.331	76,81%	7.167	30.014	59,44%	17.840
Vencido 811 a 990	19.956	80,46%	16.057	50.180	68,13%	34.188
Vencido 991 a 1080	10.351	83,86%	8.680	26.561	70,62%	18.757
Vencido 1081 a 1170	10.263	85,95%	8.821	30.826	72,18%	22.250
Vencido 1171 a 1350	20.059	90,12%	18.077	42.891	76,94%	33.000
Vencido 1351 a 1530	18.389	92,47%	17.004	36.446	79,18%	28.858
Vencido 1531 a 1710	16.877	93,46%	15.773	28.268	79,18%	22.383
Vencido 1711 a 1890	15.145	94,89%	14.371	30.138	79,62%	23.996
Total	367.218		210.152	1.230.507		387.363

Aging parcelamentos a vencer

	2024				
	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Residencial	58.766	22.076	10.382	8.240	99.464
Industrial	619	139	45	20	823
Comercial	2.679	931	421	275	4.306
Rural	4.766	1.379	501	368	7.014
Poder público	7.820	3.725	3.027	8.580	23.152
Iluminação pública	5.327	2.880	1.737	2.222	12.166
Serviço público	10.564	6.811	4.470	1.819	23.664
Total a vencer	90.541	37.941	20.583	21.524	170.589

Aging parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2024					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	23.003	29.049	35.410	43.162	27.916	158.540
Industrial	197	278	317	477	548	1.817
Comercial	1.004	1.677	2.375	3.133	2.543	10.732
Rural	1.316	1.492	1.335	1.293	755	6.191
Poder público	863	452	122	236	82	1.755
Iluminação pública	131	97	11	196	80	515
Serviço público	751	257	67	215	97	1.387
Total do parcelamento	27.265	33.302	39.637	48.712	32.021	180.937

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada de perda média do não faturado	Saldo PCLD
A vencer	171.236	3,45%	5.909

PECLD Outros

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PCLD
A Vencer	18.581	3,45%	641
Vencido 1 a 30	6.018	5,00%	301
Vencido 31 a 60	2.509	15,10%	379
Vencido 61 a 90	917	28,86%	265
Vencido 91 a 120	562	35,24%	198
Vencido 121 a 150	518	38,88%	201
Vencido 151 a 240	123	41,79%	51
Vencido 241 a 390	943	46,20%	436
Vencido 391 a 420	837	46,64%	390
Vencido 421 a 450	801	46,71%	374
Vencido 451 a 630	4.027	49,19%	1.981
Vencido 451 a 630 Individualizada	1.149	3,45%	40
Vencido 631 a 720	1.710	54,16%	926
Vencido 721 a 810	1.989	59,44%	1.182
Vencido 811 a 990	3.759	68,13%	2.561
Vencido 991 a 1080	1.677	70,62%	1.184
Vencido 1081 a 1170	1.763	72,18%	1.273
Vencido 1171 a 1350	3.754	76,94%	2.888
Vencido 1351 a 1530	3.637	79,18%	2.880
Vencido 1531 a 1710	2.379	79,18%	1.884
Vencido 1711 a 1890	2.424	79,62%	1.930
Total	60.077		21.965

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão).

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e financiamentos e nº 15 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 1,7 (2,7 em 31 de dezembro de 2023).

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de Caixa Contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.737.237	2.810.449	45.914	226.960	252.921	758.684	1.525.970
Empréstimos bancários sem garantia	1.162.290	1.173.514	186.357	469.423	50.343	467.391	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	2.899.527	3.983.963	232.271	696.383	303.264	1.226.075	1.525.970
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.661.429	2.896.925	-	156.619	244.360	992.053	1.503.893
Subtotal - Debêntures	1.661.429	2.896.925	-	156.619	244.360	992.053	1.503.893
Passivo de arrendamento	568	568	50	183	112	223	-
Fornecedores	579.604	579.604	306.175	257.944	15.485	-	-
Fornecedores - risco sacado	43.580	43.580	39.099	4.481	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	623.184	623.184	345.274	262.425	15.485	-	-
Total	5.184.708	7.504.640	577.595	1.115.610	563.221	2.218.351	3.029.863

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e financiamentos e nº 15 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição ao câmbio é de 22,5% (22,5% em 31 de dezembro de 2023), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira).

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui uma dívida em moeda estrangeira, e possui *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 25.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	<u>(1.162.290)</u>	<u>(1.261.808)</u>	<u>(1.577.260)</u>	<u>(1.892.712)</u>	<u>(946.356)</u>	<u>(630.904)</u>
Impacto no resultado do exercício							
Swap - Ponta Ativa	USD	<u>1.161.263</u>	<u>1.260.693</u>	<u>(315.452)</u>	<u>(630.904)</u>	<u>315.452</u>	<u>630.904</u>
Impacto em outros resultados abrangentes							
Impacto no resultado no exercício				<u>(279)</u>	<u>(557)</u>	<u>279</u>	<u>557</u>
Impacto líquido no resultado do exercício total				<u>315.452</u>	<u>630.904</u>	<u>(315.452)</u>	<u>(630.904)</u>
				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US\$/R\$ (% 12 meses)		6,72	6,19	8,40	10,08	5,04	3,36

Fonte: B3

(e) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa associado à taxa de juros					
		Impacto no resultado					
		Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.565.205	1.806.403	1.866.703	1.927.002	1.746.103	1.685.804
Impacto no resultado do exercício			60.300	120.599	(60.300)	(120.599)	
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.393.910)	(1.608.712)	(1.662.412)	(1.716.113)	(1.555.012)	(1.501.311)
	IPCA	(2.044.379)	(2.176.037)	(2.208.952)	(2.241.866)	(2.143.122)	(2.110.208)
Total de passivos financeiros		(3.438.289)	(3.784.749)	(3.871.364)	(3.957.979)	(3.698.134)	(3.611.519)
Impacto no resultado do exercício	CDI			(86.615)	(173.230)	86.615	173.230
Swap - Ponta Passiva	IPCA	(1.018.134)	(1.175.028)	(1.214.252)	(1.253.475)	(1.135.804)	(1.096.581)
Impacto em outros resultados abrangentes				(533)	(1.065)	533	1.065
Impacto no resultado no exercício				(38.691)	(77.382)	38.691	77.382
Impacto líquido no resultado do exercício total				(65.006)	(130.013)	65.006	130.013
Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%	
CDI (% 12 meses)	15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%	
IPCA (% 12 meses)	6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%	

Fonte: B3

(f) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e financiamentos e nº 15 – Debêntures.

(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais sinal de custo associado às condições de geração de eletricidade.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses.

(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador, conforme previsão em Procedimento de Regulação Tarifária (Submódulo 2.9 do Proret). A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(i) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte.

25.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

26 Demonstração dos fluxos de caixa

26.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de Investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	705.263
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	365.362
Reclassificação entre investimentos e intangível	4.238
Reclassificação entre encargos setoriais e intangível	1.508
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor (b)	44.219
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações trabalhistas (b)	72.234
Total atividades de investimentos	<u>1.192.824</u>
Capitalização de juros de empréstimos (c)	13.977
Reconhecimento de passivo de arrendamento	505
Dividendos adicionais distribuídos 2023	249.413
Dividendos mínimos obrigatórios 2024	130.977
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa (d)	49.477
Total atividades de financiamento	<u>444.349</u>
Total	<u>1.637.173</u>

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;

(b) Referem-se as adições de ativos de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações trabalhistas, maiores detalhes na nota explicativa nº 12 – Ativos de contrato;

(c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados nos ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos; e

(d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

26.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2023	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros (a)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (b)	2024
Empréstimos e financiamentos	2.552.766	68.295	(120.682)	-	-	399.148	2.899.527
Debêntures	595.524	1.027.196	(83.066)	-	-	121.775	1.661.429
Instrumentos financeiros derivativos	68.008	-	(57.613)	-	49.477	(35.718)	24.154
Passivos de arrendamento	402	338	(641)	505	-	(36)	568
Dividendos a pagar	142.884	(390.666)	-	-	-	380.390	132.608
Total	3.359.584	705.163	(262.002)	505	49.477	865.559	4.718.286

(a) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(b) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros, resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos e o reconhecimento de dividendos a pagar.

27 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2025 a 2036	2.323.768	2.576.043	2.747.140	33.999.896
Energia contratada (em MhW)	2025 a 2036	9.369.594	9.853.324	10.039.762	103.200.055

(*) Estimado em 9 anos após 2027.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cujas vigências variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027*
Arrendamentos e aluguéis	2025 a 2028	231	112	99	126

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

28 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 318.887 decorrentes do resultado do exercício.

Captação de empréstimo junto ao Scotiabank

Em 30 de janeiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais no valor de USD 18.000 ao custo de USD + 5,2780% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,05% a.a., perfazendo o montante de R\$ 106.920.

Em 19 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais, no valor de USD 32.683 ao custo de USD + 5,2710% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,05% a.a., perfazendo o montante de R\$ 186.223.

Resgate Antecipado da 9ª emissão de debêntures

Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 9ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 311.579.

Requerimento de Prorrogação da Concessão da Distribuidora Equatorial Maranhão

Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, nos Contratos de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Maranhão, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 60/2000, com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024.

Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Alinez Martins Rabelo Costa

José Silva Sobral Neto

Frederico Pinto Eccard

Rodrigo Villela Ruiz

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

Tiago Pereira Malheiro

André Luiz Amaral dos Santos

Saulo de Tarso Alves de Lara

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Moacir Gibur

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Comitê de Auditoria Estatutário

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Tiago de Almeida Noel
(Coordenador)

Diretoria Executiva

Sérvio Túlio dos Santos
(Diretor Presidente)

Humberto Luis Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Jorge Leite Soares
(Diretor)

André Luiz Barata Pessoa
(Diretor)

Agnelo Coelho Neto
(Diretor)

Tatiana Queiroga Vasques
(Diretora de Relação com Investidores)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842/O-3

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

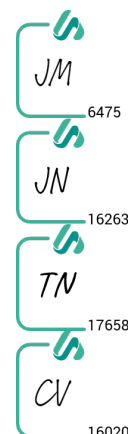
CNPJ/MF n.º 06.272.793/0001-84

NIRE n.º 213.0000686-9 | Código CVM n.º 01660-8

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 26 de março de 2025 às 07:00 horas, por meio de videoconferência, sendo considerada realizada na sede social da **Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.** (“Companhia”), localizada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, n.º 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP: 65070-900.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação realizada na forma do art. 12, *caput*, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia (“Regimento Interno” e “Comitê”, respectivamente), com a presença de todos os membros em exercício do Comitê, a saber: Tiago de Almeida Noel, João Alberto da Silva Neto e Jorge Roberto Manoel.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Tiago de Almeida Noel**, e secretariados pela Sra. **Carolina Maria Matos Vieira**.
- 4. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Comitê para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** analisar e aprovar o reporte trimestral do Comitê ao Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** analisar e manifestar-se sobre as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”); **(iii)** examinar e manifestar-se a respeito do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iv)** examinar e manifestar-se sobre a proposta de destinação de resultados da Companhia apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(v)** deliberar sobre a emissão de parecer a respeito das DFs 2024, das contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e da proposta de destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(vi)** analisar e aprovar o relatório anual resumido do Comitê; **(vii)** avaliar relato Auditoria Interna: processos auditados 2024 *versus* 2025; **(viii)** Avaliar relatos Canal Confidencial.
- 5. DELIBERAÇÕES:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Comitê, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o quanto segue:

Esta página é parte integrante da ata de Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial S.A. realizada em 26 de março de 2025.



5.1. Aprovar o reporte trimestral do Comitê ao Conselho de Administração da Companhia, conforme cópia que ficará arquivada na sede da Companhia.

5.2. Manifestar-se favoravelmente, nos termos do art. 7º (iii), (iv) e (ix) do Regimento Interno às DFs 2024, conforme cópia que ficará arquivada na sede da Companhia, a serem oportunamente submetidas à assembleia geral ordinária da Companhia (“AGO”).

5.3. Manifestar-se favoravelmente ao relatório da administração e às contas dos administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 conforme cópia que ficarão arquivadas na sede da Companhia, a serem oportunamente submetidas à AGO.

5.4. Manifestar-se favoravelmente à proposta de destinação de resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme cópia que ficará arquivada na sede da Companhia, a ser oportunamente submetida à AGO.

5.5. Aprovar a emissão de parecer do Comitê sobre as DFs 2024, as contas dos administradores e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e sobre a proposta de destinação de resultados da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do Anexo I à presente ata.

5.6. Aprovar o relatório anual resumido do Comitê, nos termos do art. 7º (xi) do Regimento Interno, conforme Anexo II.

5.7. Analisar o relato da Auditoria Interna quanto aos processos auditados em 2024 versus processos auditados em 2025.

5.8. Analisar as denúncias recebida no Canal Confidencial, referentes ao 1º bimestre/2025.

6. **ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes.

São Luís/MA, 26 de março de 2025.

[Assinaturas seguem na próxima página]

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

Esta página é parte integrante da ata de Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial S.A. realizada em 26 de março de 2025.

JM 6475
JN 16263
TN 17658
CV 16020

[Página de Assinaturas da reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Maranhão
Distribuidora de Energia S.A., realizada em 26 de março de 2025.]

Mesa:


Tiago De Almeida Noel
17658

Tiago de Almeida Noel
Presidente



Carolina Maria Matos Vieira
16020

Carolina Maria Matos Vieira
Secretária


Membros presentes:


Tiago De Almeida Noel
17658

Tiago de Almeida Noel
Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário


Jorge Roberto Manoel
6475

Jorge Roberto Manoel
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário


João Alberto Da Silva Neto
16263

João Alberto da Silva Neto
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 06.272.793/0001-84

NIRE n.º 213.0000686-9 | Código CVM n.º 01660-8

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025**

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) aprovaram o seguinte parecer a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração:

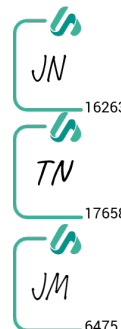
“O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, no uso das suas atribuições regulamentares, em reunião realizada em 26 de março de 2025, na sede social da Companhia, apreciou as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e da proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da Auditoria Externa, fundamentado no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., do qual não constam ressalvas, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário concluíram que as citadas demonstrações financeiras acompanhadas dos documentos pertinentes, estão adequadamente apresentadas e recomendam o seu encaminhamento para deliberação e aprovação pelo Conselho de Administração, com posterior recomendação de aprovação aos acionistas em Assembleia Geral”.

São Luís/MA, 26 de março de 2025.

[Assinaturas seguem na próxima página]

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]



[Página de Assinaturas do Anexo I da reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., realizada em 26 de março de 2025.]

Membros presentes:



Tiago De Almeida Noel

17658

Tiago de Almeida Noel

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário



Jorge Roberto Manoel

6475

Jorge Roberto Manoel

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário



João Alberto Da Silva Neto

16263

João Alberto da Silva Neto

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 06.272.793/0001-84

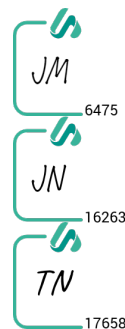
NIRE n.º 213.0000686-9 | Código CVM n.º 01660-8

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025**

ANEXO II

**RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA
ESTATUTÁRIO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025**

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]



RELATÓRIO ANUAL 2024

Comitê de Autoria Estatutário



1. Objetivo

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia (“Comitê” e “CAE”), é regido pelo seu Regimento Interno, bem como pelas legislações e regulamentações aplicáveis - em especial, pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“RCVM 23”). Em cumprimento a essas diretrizes, apresenta seu Relatório Anual Resumido, o qual sintetiza as ações e avaliações realizadas ao longo de 2024.

Este documento evidencia o compromisso do Comitê com a supervisão dos auditores independentes, além do monitoramento da integridade e a eficácia dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras e a adequação das práticas contábeis adotadas pela Companhia, por meio do acompanhamento da adequação dos serviços prestados pelas áreas de controles internos, de auditoria interna e pela área responsável pelas demonstrações financeiras.

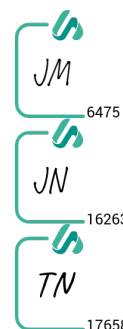
O relatório, atende às disposições da RCVM 23, do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno da Companhia, registrando as atividades, e análises e recomendações do Comitê, com o objetivo de fomentar a continuidade das práticas de qualidade e integridade nas empresas que compõem o Grupo Equatorial.

2. Funcionamento e Composição do Comitê

O Comitê é um órgão colegiado e estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. De caráter permanente, atua com autonomia e independência operacional, dispondo de orçamento próprio.

As decisões do Comitê possuem natureza consultiva, sendo apresentadas ao Conselho de Administração por meio de recomendações e informações. Tais decisões são encaminhadas trimestralmente, por meio de reportes realizados pelo Coordenador.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos membros para integrarem o Comitê, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que sobrevier à realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Assim, nesta ocasião, foram eleitos para integrar o Comitê: (i) o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; (iii) o Sr. Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê; e (iv) a Sra. Tania Sztamfater Chocolat, na qualidade de membro do Comitê.



Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de setembro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia da Sra. Tania Sztamfater Chocolat ao cargo de membro do Comitê, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê.

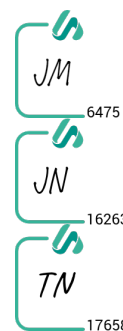
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de outubro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia do Sr. Eduardo Haiama ao cargo de membro do Comitê, e elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Tiago de Almeida Noel, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de setembro de 2024, o Conselho de Administração: (a) tomou conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. Carlos Augusto Leone Piani ao cargo de membro e Coordenador do Comitê; (b) elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel como Coordenador do Comitê; e (c) elegeu o Sr. Jorge Roberto Manoel ao cargo de membro do Comitê, de modo que a atual composição do Comitê, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração após Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício de 2024 é: (i) Tiago de Almeida Noel, como Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, como membro do Comitê; e (iii) Jorge Roberto Manoel, como membro do Comitê.

A composição do Comitê da Equatorial é refletida nas suas controladas - Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão"), Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará"), Companhia Estadual de Distribuição De Energia Elétrica - CEEE-D ("CEEE-D") e Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("SPE 8").

Tendo em vista a mesma composição nessas empresas e o disposto no Regimento Interno da Companhia, as reuniões são realizadas de forma unificada, com os itens de pauta discriminados de acordo com a empresa a que se aplicam.

Dessa forma, todos os Comitês das empresas são compostos por três membros independentes, sendo um deles conselheiro independente da Equatorial S.A. e os demais membros externos, com mandatos vigentes até a reunião do Conselho de Administração posterior à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovará as contas do exercício de 2024.





TIAGO DE ALMEIDA NOEL
Conselheiro Independente
Coordenador do Comitê



JORGE ROBERTO MANOEL
Membro do Comitê
Membro Externo



JOÃO ALBERTO DA SILVA NETO
Membro do Comitê
Membro Externo

3. Atividades Desenvolvidas

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê são realizadas, no mínimo, bimestralmente, de acordo com o calendário anual aprovado pelo Comitê, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação, e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação realizada pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Comitê ou do Conselho de Administração.

3.1. Reuniões e Participação

O Comitê seguiu um Plano de Trabalho definido previamente, reunindo-se 8 (oito) vezes durante o ano de 2024:

- 7 (sete) reuniões ordinárias e
- 1 (uma) reunião extraordinária

Os membros atingiram um percentual de participação de 87%, tendo ocorrido a ausência justificada de 1 (um) membro em apenas três das reuniões levadas a efeito em 2024.

3.2. Destaque

Os principais temas analisados pelo Comitê durante as reuniões foram:

- Revisão da Política de Gestão de Riscos e da Política Anticorrupção.
- Acompanhamento periódico do Plano Anual da Auditoria Interna e do Canal Confidencial.



3.3. Pautas e Deliberações

- Total de itens pautados: **48** (quarenta e oito) itens.
- Total de solicitações: **26** (vinte e seis) solicitações.
- Solicitações atendidas: **20** (vinte) já foram atendidas.
- Solicitações em andamento: **6** (seis) estão em andamento.

3.4. Temas Discutidos

Os temas discutidos podem ser agrupados da seguinte forma:

✓ **Auditoria Externa**

- Demonstrações Financeiras anuais e das Informações Trimestrais.
- Plano Auditoria Externa – Equatorial e SABESP.
- Relatório de Controles Internos 2023.

✓ **Auditoria Interna**

- *Onboarding* do novo *head* de Auditoria e Riscos.
- Acompanhamento Plano Anual de Auditoria Interna.
- Apresentação sobre a Estrutura da Auditoria Interna.
- Discussão Plano Anual Auditoria Interna.

✓ **Ouvidoria e Canal Confidencial**

- Acompanhamento das Denúncias – Canal Confidencial.

✓ **Deloitte – Auditoria e Consultoria Empresarial**

- Processo de Gestão de Riscos.

✓ **Riscos e Controles Internos**

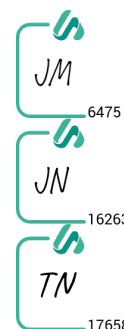
- Atualização da Política de Gestão de Riscos.
- Apresentação sobre Gestão de Riscos e Controles Internos.
- Apresentação sobre Status KRIs para Riscos Priorizados.
- Apresentação sobre Proposta Deloitte *Playbook* de Riscos – Gestão de Crise.

✓ **Partes Relacionadas**

- Monitoramento das Transações com Partes Relacionadas.

✓ **Jurídico e Compliance**

- Riscos Tributários – Reforma Tributária.
- Programa de Integridade e Treinamentos Obrigatórios.



- Atualização da Política Anticorrupção.
- ✓ **Regulatório e Meio Ambiente/ESG**
 - IFRS S1 e S2 – *International Sustainability Standards Board* (ISSB).
- ✓ **Tecnologia da Informação**
 - Segurança Cibernética e Governança de Dados.
- ✓ **Relações com Investidores**
 - Formulário de Referência.

4. Regimento Interno

O Comitê conta com um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2022, o qual pode ser consultado no endereço: <https://ri.equatorialenergia.com.br/esg/estatuto-social-e-codigo-de-conduta/>.

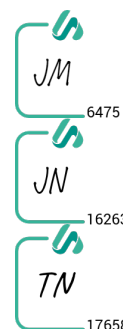
5. Recomendações e Comunicação do CAE com os Conselhos de Administração

O Coordenador do Comitê reúne-se trimestralmente com o Conselho de Administração das empresas que possuem o CAE constituído, a fim de relatar as principais discussões e reportar os trabalhos desenvolvidos.

Dentre as principais atividades, encontram-se as recomendações que realizou aos Conselhos de Administração, como a recomendação da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social, bem como a análise acerca das informações financeiras da Companhia referentes aos períodos findos em 31 de março de 2024 (1º ITR/24), 30 de junho de 2024 (2º ITR/24) e 30 de setembro de 2024 (3º ITR/24).

6. Conclusões

Os membros do Comitê no exercício de suas atribuições, conforme as disposições do Estatuto Social da Companhia equatorial S.A e do Regimento Interno do Comitê, apreciaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes (Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda.), o relatório da administração e a proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, considerando as análises realizadas no transcorrer das reuniões e dos



trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, bem como as informações prestadas pela administração ao longo do exercício social, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração, com a posterior recomendação de aprovação à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da lei das Sociedades por Ações.

 ATLAS
Signed by.

Tiago De Almeida Noel

17658

Tiago de Almeida Noel

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário

 ATLAS
Signed by.

Jorge Roberto Manoel

6475

Jorge Roberto Manoel

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

 ATLAS
Signed by.

João Alberto Da Silva Neto

16263

João Alberto da Silva Neto

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

2025.03.26 - RCAE - EQTL MA - Resultados 2024 (AGO 2025)_rev.
societário 25.03 (limpa).docx



Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: D973B-147E6-834A3

Solicitação de assinatura iniciada por: Thais C. O. M. em 26/03/2025

Assinaturas



Tiago de Almeida Noel
Assinou Eletronicamente



Tiago De Almeida Noel
17658



TN
17658

Assinou em: 26 de março de 2025, 17:45:59 | E-mail: tno**@op***** | Endereço de IP: 200.142.103.34 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 134.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-3834



Carolina Maria Matos Vieira
Assinou Eletronicamente



Carolina Maria Matos Vieira
16020



CV
16020

Assinou em: 26 de março de 2025, 18:17:42 | E-mail: car*****@eq***** | Endereço de IP: 253.0.44.96 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 134.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-7737



Jorge Roberto Manoel
Assinou Eletronicamente



Jorge Roberto Manoel
6475



JM
6475

Assinou em: 26 de março de 2025, 18:24:22 | E-mail: jor*****@gm***** | Endereço de IP: 243.232.55.80 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 134.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****4626



João Alberto da Silva Neto
Assinou Eletronicamente



João Alberto Da Silva Neto
16263



16263

Assinou em: 27 de março de 2025, 12:15:49 | E-mail: jas*****@gm***** | Endereço de IP:
177.127.169.115 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.94),
iOS | Celular: (**) *****-6220

Relatório da Administração 2024

A Administração da Equatorial Maranhão, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As informações não financeiras da Equatorial Maranhão, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Destaques de 2024

- ▶ O **volume de energia distribuída** no ano cresceu 8% em relação a 2023, atingindo 8.762 GWh;
 - ▶ Os **investimentos** da Equatorial Maranhão somaram R\$ 1,146 bilhão em 2024, 10% acima dos investimentos realizados em 2023;
 - ▶ Os índices de **DEC e FEC** da Equatorial Maranhão apresentaram redução, sendo o DEC de 14,0 para 13,4 e o FEC de 6,0 para 5,8 entre 2023 e 2024;
 - ▶ **EBITDA** de R\$1.342 milhões e **Lucro Líquido** de R\$ 741 milhões.
-

Mensagem do Presidente

O ano de 2024 foi um marco na história da Equatorial Maranhão, pela celebração de seus 20 anos e por todas as conquistas alcançadas. Foram realizadas obras de expansão e investidos mais de 1 bilhão de reais no sistema de distribuição, que proporcionaram mais desenvolvimento, segurança e qualidade no fornecimento de energia elétrica dos maranhenses. Esses investimentos contínuos realizados pela Distribuidora, em todas as regiões do Maranhão, trouxeram resultados expressivos. Concluímos 2024 com muitas vitórias, em um cenário de forte crescimento do Mercado Consumidor (8,4%) e de nossa base de clientes (2,5%). Atingimos o importante marco de 2,8 milhões de consumidores.

Os processos de manutenção, expansão e modernização foram pressionados pela crescente demanda e a necessidade de melhoria contínua de indicadores de qualidade, sobretudo o DEC e FEC (respectivamente, duração e frequência das interrupções de energia), onde destacamos o êxito obtido com os resultados e atingimos patamares inferiores aos Limites Regulatórios. Mais uma vez, os nossos modelos de gestão e valores institucionais se mostraram eficazes, norteando nosso planejamento e o desenvolvimento das ações operacionais.

Nos resultados econômico-financeiros, o EBITDA apresentou crescimento de 11,0% frente a 2023. Geramos um caixa líquido das atividades operacionais de R\$ 921,3 milhões e nossos investimentos totais atingiram o montante de R\$ 1,146 bilhão, excelente resultado, que constata o nosso progresso. Isso mostra que estamos no caminho certo, que investir em energia é investir no futuro. E a Equatorial Maranhão segue firme nesse propósito: levar desenvolvimento com a força da energia.

Fechamos 2024 com chave de ouro, selando os 20 anos de sucesso da Equatorial Maranhão. E o trabalho continua em 2025, com a certeza que superaremos todos os desafios, focados em melhorar cada vez mais a qualidade do serviço prestado, levando desenvolvimento para o estado e comprometidos com nossos resultados. Agradecemos pelo apoio e confiança de nossos colaboradores, assim como de nossos clientes, acionistas, fornecedores e parceiros. Seguiremos juntos escrevendo essa história de excelência em gestão, uma marca da Equatorial Maranhão.

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor-Presidente

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Maranhão

Ambiente econômico e perspectivas no estado do Maranhão

Quadro 1: Informações sobre o Maranhão



Maranhão	
Capital	São Luís
Área (km ²)	329.651
Número de Municípios	217
População estimada (2022)	7.010.960
Cresc. Estimado 2024 PIB MA	3,60%
Cresc. Estimado 2024 PIB BR	3,40%
Densidade demográfica (hab/km ²)	20,56
IDH (2021)	0,676

Fonte: IBGE

Em 2024, o consumo de energia elétrica no estado do Maranhão cresceu 8,4%, contabilizando um total de 8.762 GWh. O ticket médio de consumo da Equatorial Maranhão aumentou 4,9% em relação ao ano de 2023, chegando a 261,40 kWh/Consumidor. Cabe destacar que a Equatorial Maranhão teve um desempenho no consumo superior em relação a região Nordeste e ao Brasil, que registraram, respectivamente, crescimento de 5,3% e 5,3% no ano.

As classes residencial, comercial e industrial, que juntas representam 80,5% do consumo de energia elétrica no Maranhão, gerou um incremento de 586 GWh. O melhor desempenho foi da classe residencial, que cresceu 10,7% em 2024, seguido pela classe comercial, com 7,1%. Temos destaque também para a classe rural que teve um crescimento anual de 9,9%.

Nos próximos parágrafos estaremos detalhando alguns fatores socioeconômicos e climáticos que influenciam diretamente o consumo no Estado do Maranhão.

Em 2024, o Maranhão registrou um crescimento econômico, com aumento no PIB de 3,6%, com destaque para o comércio varejista e nas exportações. O estado também registrou um saldo positivo de empregos formais, com saldo positivo de mais de 16 mil empregos formais. Uma variação positiva de 2,5% em relação a 2023.

Todos os cinco grandes grupos de atividades econômicas registraram saldos positivos, sendo os melhores resultados no setor de Serviços com geração de 929.002 postos (+4,20%) e Comércio, que gerou 336.110 postos (+3,28%). A Indústria gerou 306.889 postos no ano (+3,56%), puxada pela boa geração de empregos na indústria de transformação (+282.488). A Construção Civil foi responsável pela geração de 110.921 novos postos (+4,04%) e a Agropecuária por 10.808 postos no ano (+0,61%)¹.

Em 2024 o país viveu a pior seca da sua história o que afetou todo o território nacional, deixando rios secos e populações isoladas, sem acesso a serviços básicos. Mais de 6 milhões de brasileiros enfrentaram pelo menos 150 dias de calor extremo. O ano de 2024 foi marcado como o mais quente da história da Terra. O El Niño impulsionou o aquecimento pelo país, mudou o curso da chuva nos estados de forma geral.

No Maranhão, 30 cidades estiveram sob calor extremo por mais de 100 dias com temperaturas máximas acima da média atingindo picos acima de 40°, com destaque para a cidade de Carolina que esteve sob intenso calor por mais da metade do ano².

¹ Governo Federal

² Governo do Maranhão

Número de consumidores

Número de consumidores - Em dezembro de 2024, o número de consumidores da Equatorial Maranhão teve um crescimento de 2,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, no Quadro 1 é possível visualizar a variação anual:

Quadro 1: Evolução Número de Consumidores

Consumidores	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	2.581.731	2.515.711	2.454.954	2.327.284	2.308.962	2.276.955
Industrial	2.935	2.804	2.575	6.468	7.165	7.541
Comercial	62.306	60.514	58.956	125.803	135.107	142.788
Outros	158.990	159.681	159.949	169.898	143.867	121.494
Total	2.805.962	2.738.710	2.676.434	2.629.453	2.595.101	2.548.778
Variação	2,5%	2,3%	1,8%	1,3%	1,8%	2,3%

Destacamos que atingimos o importante marco de 2,8 milhões de consumidores.

A energia faturada apresentou um crescimento de 6,7% em comparação ao mesmo período do ano de 2023. Além disso, a classe residencial, que representa o maior consumo na Equatorial Maranhão, contabilizou 58,2% do total.

Mercado atendido

Comportamento do mercado - No período de janeiro a dezembro de 2024, a distribuição de energia na Equatorial Maranhão representou um total de 8.762 GWh, se compararmos a energia do mesmo período do ano anterior (8.085 GWh), houve um crescimento de 8,4%.

Quadro 2: Evolução do Consumo

Consumo (MWh)	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	5.124.854	4.628.805	4.089.972	3.736.763	3.569.637	3.304.455
Industrial	592.566	590.917	560.253	559.191	521.754	463.735
Comercial	1.330.990	1.242.805	1.167.241	1.276.533	1.184.079	1.250.211
Outros	1.704.578	1.611.559	1.526.437	1.436.472	1.371.409	1.408.125
Distribuidoras	9.709	11.884	6.991	6.971	6.598	8.654
Total	8.762.697	8.085.970	7.350.895	7.015.931	6.653.477	6.435.180
Variação	8,4%	10,00%	4,8%	5,4%	3,4%	3,4%

Balanco energético

Quadro 3: Evolução Balanço Energético

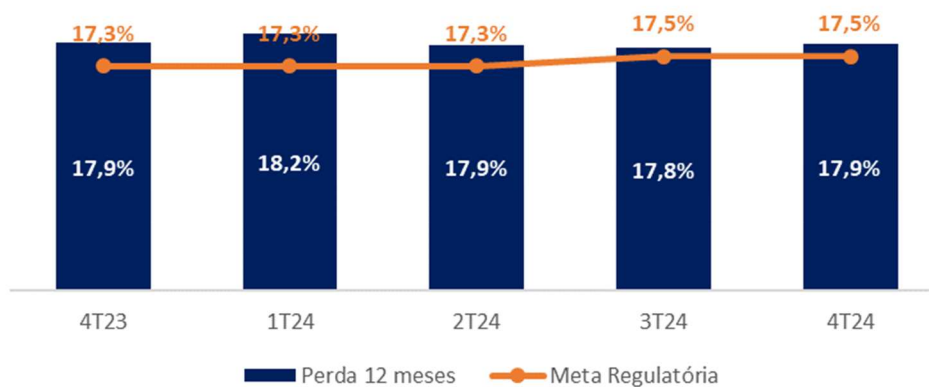
Balanço Energético (MWh)	2024	2023	(24/23)
EQTL MA			
Sistema Interligado	9.930.829	9.347.453	6,24%
Energia Injetada pela Geração Distribuída	737.827	502.115	46,94%
Energia Injetada	10.668.656	9.849.569	8,32%
Energia Distribuída	8.762.697	8.085.970	8,37%
Energia de Conexão com outras distribuidoras	9.709	11.884	-18,30%
Perdas Totais	1.905.959	1.763.599	8,07%

As perdas totais de energia elétrica na distribuição correspondem a diferença entre a energia injetada do sistema interligado, que é a energia entregue nas fronteiras com a rede básica, e a energia distribuída, que é a contabilizada pelo sistema de medição para faturamento. Nesse sentido, em 2024, as perdas totais de energia elétrica na Equatorial Maranhão apresentaram um crescimento de 8,07%, em relação ao ano anterior, fechando 2024 no patamar de 17,87%, que representa 1.906 GWh.

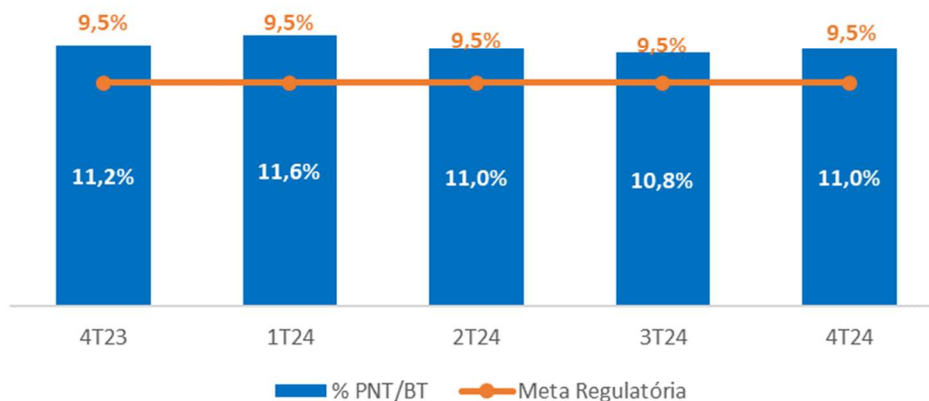
Combate às perdas

Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 10.668 GWh, um aumento de 8,0% em relação à 2023, e o faturamento atingiu 8.762 GWh, o que representou incremento de 8,0% também em relação à 2023. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2024 totalizaram 1.905 GWh, equivalente a 17,9% da energia requerida, mantendo o patamar de perdas alcançado em 2023.

**Perdas totais sobre a energia injetada
(Últimos 12 meses)**



**Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)**



O ano de 2024 foi ano marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores. Entretanto, efeitos climáticos atípicos, temperatura, impactaram dois períodos específicos da concessão. O fenômeno “El Niño” se estendeu até o final do 1T24, contribuindo para o aumento das perdas nesse período. No entanto, até o 3T24, as temperaturas máximas retornaram aos níveis históricos, permitindo que as ações de combate a perdas tivessem efeito mais relevantes. Já no último trimestre, ocorreu um novo aumento atípico da temperatura, atingindo até 0,5°C acima da média histórica, o que dificultou a redução das perdas, mantendo os patamares atingido em 2023.

Por outro lado, observou-se desempenhos relevantes no combate a perdas não técnicas ao longo dos dois últimos anos, onde fechamos o ano de 2024 no menor patamar percentual desde 2014, resultado importante para a consolidação da metodologia de combate a perdas do grupo Equatorial Energia.

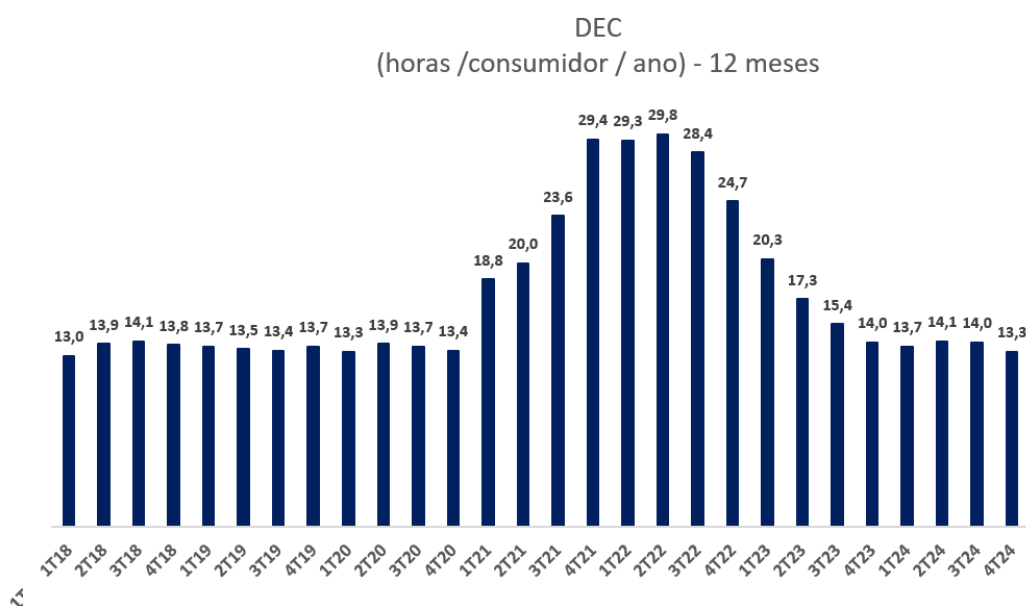
A seguir apresentamos o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas neste ano:

- Regularização de 6,0 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,2 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 15,6 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 29 municípios;
- Inspeção de 205,4 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 13,8 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 4,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 48,7 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 766 medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente.

Hoje a Equatorial Maranhão possui 13,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 51% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Em 2024, concentramos esforços para consolidar e garantir a estabilidade dos resultados alcançados em 2023, evidenciando a maturidade e a robustez de nossa operação. Para 2025, nosso compromisso é dar continuidade à trajetória de melhoria contínua, adotando uma abordagem estratégica e crítica em relação aos custos operacionais. Com ênfase na otimização do OPEX, buscaremos aprimorar a eficiência e a eficácia na gestão de recursos, garantindo, assim, um crescimento sustentável e rentável no longo prazo.



Programa Luz Para Todos

Programa Luz Para Todos – Rural Convencional

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Equatorial Maranhão tem o papel de agente executor do Programa no Estado. O Maranhão está inserido entre os maiores programas do país, representando mais de 6% do volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil em 2024. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolveu cerca de 15 equipes de construção.

Investimentos no Programa Luz Para Todos – Rural Convencional

Ao final de 2024, a Equatorial Maranhão alcançou a marca histórica 375.023 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do Programa Luz para Todos, gerando um benefício direto para aproximadamente 1,88 milhões de habitantes. O Programa já está presente em 100% dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T24, o investimento direto no Programa Luz para Todos, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 22 milhões e no ano de 2024 R\$ 58 milhões.

Programa Luz Para Todos – Rural Remoto

Lançado em 2020 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia” (MLA), foi criado com o objetivo de promover o acesso à energia elétrica para a população brasileira localizada nas regiões remotas dos estados da Amazônia Legal, visando o desenvolvimento social e econômico destas comunidades, em 2023 o houve relançamento do programa e renomeado como Programa Luz para Todos Rural Remoto.

Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2024, a Equatorial Maranhão alcançou a marca de 592 clientes ligados por sistemas de geração remota por meio do Programa, gerando um benefício direto para aproximadamente 2.960 mil habitantes. O Programa já está presente em 36 dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T24, o investimento direto no MLA, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 17 milhões e no ano R\$ 34 milhões.

Assuntos Regulatórios

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.376/2024 homologou o Reajuste Tarifário Anual da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”) com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2024 a 27 de agosto de 2025, com um reajuste de -1,22% (menos um vírgula vinte e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Relatório de Ações Sociais

O **Jornada de Segurança**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:

- **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local.

Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua.

Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados

nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

Plataforma E+

A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Reciclagem

O programa E+ Reciclagem recebeu mais de cinco mil toneladas de resíduos em 2024. A distribuidora mantém postos distribuídos em quatro municípios, a maioria deles na capital, São Luís. Os resíduos deixados no E+ Reciclagem geraram mais de 26 mil MWh economizados por meio da troca de 25.784 lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de LED.

E+ Educação

Uma das principais estratégias de atuação social, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. ao longo do ano foram realizadas 468 palestras em 63 municípios, sensibilizando 10.371 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 5.066 milhões (excluída a receita de construção), 9% de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de 3,724 bilhões, crescimento de 9% na comparação com 2023.

EBITDA

Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R\$ 1.342 milhões, sendo 11% acima dos R\$ 1.208 milhões registrados no ano anterior.

Resultado financeiro

Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 219 milhões, contra R\$ 137 milhões negativos reportados em 2023, como efeito do aumento da receita financeira e despesas com dívida.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Na Equatorial Maranhão, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada pelo incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda, decorrente do benefício de modernização total, obtido junto à SUDENE e válido até 2032.

Em 2024, a despesa apurada de IRPJ e CSLL foi de R\$ 74 milhões e, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos e a utilização de créditos fiscais, com um aumento em relação a 2023 que 79%, R\$ 41 milhões.

Lucro líquido

Em 2024, a Equatorial Maranhão apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 741 milhões, 5% inferior ao obtido no ano anterior.

Endividamento

No fechamento de 2024, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu o montante de R\$ 4.561 milhões. As dívidas da Equatorial Maranhão mantem um perfil equilibrado de vencimentos e custos, especialmente se lembrarmos que a Companhia encerrou o ano com R\$ 1,585 bilhão em disponibilidades que contribui para uma dívida líquida, considerando ainda os ativos regulatórios líquidos, de R\$ 3.160 milhões, representando 2,4 vezes o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses.

Investimentos

ADIÇÃO POR TIPO DE INVESTIMENTO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
MANUTENÇÃO DE REDE	72	83	73	74	97	79	74	83	97	199	234	279
EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE	193	184	217	363	213	174	225	380	357	596	616	691
EQUIPAMENTOS E SISTEMAS	26	39	45	40	38	33	23	27	24	65	83	88
OUTROS INVESTIMENTOS	4	10	5	8	9	11	6	5	30	19	85	49
TOTAL	295	316	340	485	357	297	328	495	508	879	1.018	1.106
PLPT - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	29	72	76	121	68	81	81	64	36	74	27	40
TOTAL	324	388	416	606	425	378	409	559	544	953	1.045	1.146

Investimentos próprios

Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT e MLA, totalizaram R\$ 1,106 bilhão em 2024, crescimento de 9% em relação a 2023. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao inciso V e VI do § 1o do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs. Sérgio Túlio dos Santos (Diretor Presidente), Humberto Luis Queiroz Nogueira, José Jorge Leite Soares, Cristiano de Lima Logrado, Agnelo Coelho Neto, Tatiana Queiroga Vasques (Diretora de Relações com Investidores), Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira e André Luiz Barata Pessoa, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Diretoria Executiva

Sérvio Túlio dos Santos
(Diretor Presidente)

Tatiana Queiroga Vasques
(Diretora de Relação com Investidores)

Humberto Luis Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Jorge Leite Soares
(Diretor)

André Luiz Barata Pessoa
(Diretor)

Agnelo Coelho Neto
(Diretor)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Alinez Martins Rabelo Costa

José Silva Sobral Neto

Frederico Pinto Eccard

Rodrigo Villela Ruiz

João Alberto da Silva Neto

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842-O-3 S-MA

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 21 e 26 de março de 2025, por meio de videoconferência, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., sem ressalvas, de 26 de março de 2025, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia.

São Luís/MA, 21 e 26 de março de 2025.

Saulo de Tarso Alves de Lara
Paulo Roberto Franceschi
Vanderlei Dominguez da Rosa